

JAIR FRANCISCO LUSA

**ASSINATURA: UM ATO DE
RESPONSABILIDADE?**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Área de concentração: A Linguística como espaço para a filosofia da ciência.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva.

Florianópolis

2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

L968a Lusa, Jair Francisco
Assinatura [dissertação] : um ato de responsabilidade? /
Jair Francisco Lusa ; orientador, Fábio Luiz Lopes da
Silva. - Florianópolis, SC, 2010.
80 p: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de
Pós-Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Assinaturas. 3. Atos de fala
(Linguística). 4. Comunicação. 5. Escrita. 6. Contexto e
linguística. I. Silva, Fábio Luiz Lopes da. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Linguística. III. Título.

CDU 801

JAIR FRANCISCO LUSA

**ASSINATURA: UM ATO DE
RESPONSABILIDADE?**

Essa dissertação foi apresentada e aprovada, em 28.04.2010, como requisito à obtenção do título de mestre em linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina,.

Florianópolis, 28 de abril de 2010

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Prof^a. Dr^a. Leonor Scliar-Cabral/UFSC

Prof. Dr. Sandro Braga/UNISUL

Suplente:

Ao Mestre com carinho,

Ao longo de minha vida tive muitos mestres e muitas mestras, os quais, com erros e acertos, me conduziram por percursos diversos, por diferentes caminhos.

Agora ao assumir também o papel de mestre devo deles lembrar, recordando seus ensinamentos para conduzir outros na trilha do conhecimento e da sabedoria, ligada a uma vida prática e cotidiana.

Esse trabalho é resultado de um colóquio acadêmico surgido durante as aulas do Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva, que também o orienta, e busca construir um caminho diferente, novo – a grafoscopia – para inseri-lo no âmbito da Linguística como espaço para a filosofia da ciência.

Diante desse desafio enorme, agradeço a sorte em ter estado presente àquele colóquio e por ter a ousadia em trazer um assunto sobre o qual eu detinha conhecimento, porém tão diverso à presente área de estudo, mas que serviu para me aproximar de novos e velhos professores e mostrar uma nova nuance ao discurso da grafoscopia.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, primeiros mestres, que me deram a oportunidade de viver, e a orientação para a busca constante do conhecimento.

À minha esposa e filhas, amores da minha vida, pela abnegação, durante o período deste curso, em assumir tarefas que antes me eram próprias, objetivando minha dedicação integral a este projeto e pelo incentivo para sonhar e transformar utopias em realidade.

Aos meus alunos, sempre ansiosos na busca do conhecimento, pelo incentivo à busca de constante aperfeiçoamento, de novos saberes a serem a eles repassados.

Ao professor Fábio que abriu novas perspectivas cognitivas e mudança de paradigmas para mim.

Aos professores Leonor Scliar-Cabral e Josias Ricardo Hack que integraram a banca de qualificação deste projeto; demais professores e coordenadores da PGL.

À direção, aos professores e funcionários da Escola de Ensino Fundamental Prof^a. Maria Clementina de Souza Lopes onde leciono, pelo esforço em adequar meu horário de trabalho às exigências de frequência ao curso de PGL.

.

Aos autores das obras citadas nas referências bibliográficas e em muitas outras que contribuíram em minha formação.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar uma nova dimensão para o discurso da grafoscopia, visto pela ótica da Linguística como espaço para a filosofia da ciência, focando a ética nas questões de responsabilidade decorrentes de atos de fala e/ou assinaturas e de comunicação em enunciações escritas. O objeto da investigação é a grafoscopia e a relação entre a assinatura e seu contexto. Essa nova dimensão remete ao fato que, esse discurso da perícia grafotécnica, no sentido da imputação de responsabilidades, abriga certas contradições e comporta certos limites: as análises que confirmam ou não um ato de responsabilidade são obtidas, como se demonstra neste trabalho, a partir de marcas deixadas inconscientemente pelo autor, ou seja, a imputação de “responsabilidade” é reconhecida naquilo que o sujeito faz *irresponsavelmente*. Esse dado abre todo um campo de reflexão sobre o tema da responsabilidade. Claro, é impossível viver em um mundo em que não se possam imputar responsabilidades às pessoas. Essa imputação, no entanto, é permanentemente assombrada por certa contradição, um dilema, um limite que o discurso da grafoscopia justamente traz à tona: o fantasma da irresponsabilidade comportando a possibilidade de certa problematização do conceito de responsabilidade – conceito este que tal discurso deveria, contudo, reafirmar incondicionalmente.

Palavras-chave: Assinatura, atos de fala, comunicação, escrita, contexto e linguística.

ABSTRACT

This paper presents a new dimension to the discourse of Graphoscopy, seen from the perspective of linguistics as a space for philosophy of science, focusing on the ethical issues of liability arising from speech-acts and / or signatures and communication in written utterances. The research object is the Graphoscopy and the relationship between the signature and its context. This new dimension refers to the fact that this discourse of expertise grafotécnica, towards the attribution of responsibility, is home to some contradictions and contains certain limitations: the analysis to confirm whether or not an act of responsibility are obtained, as shown in this work, from the marks left by the author unconsciously, that is, the attribution of "responsibility" is recognized in what the subject does irresponsibly. This finding opens up a whole field of reflection on the theme of responsibility. Sure, it's impossible to live in a world that can not be hold accountable to the people. This attribution, however, is constantly haunted by a certain contradiction, a dilemma, a limit that the discourse of Graphoscopy just brings up: the ghost of irresponsibility. comprising the possibility of some questioning of the concept of responsibility - a concept that such speech should, however, reaffirm unconditionally.

Keywords: Signature, speech acts, communication, writing, and linguistic context.

SUMÁRIO

RESUMO.....	04
ABSTRACT.....	05
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	08
1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Percurso.....	09
1.2 Objetivos.....	10
1.3 A Motivação.....	13
2 REFERENCIAL TÉCNICO.....	14
2.1 Grafoscopia	15
2.1.1. Denominação.....	15
2.1.2 Conceito.....	16
2.1.3 Histórico.....	18
2.1.4 Estudo da Grafoscopia.....	23
2.1.4.1 Estudos do Traço.....	23
2.1.4.1.1 Grama.....	23
2.1.4.1.2 Dinâmica.....	24
2.1.4.2 Produção do grafismo.....	29
2.1.4.2.1 Fases.....	29
2.1.4.2.2 Leis.....	32
2.1.4.2.3 Idades gráficas.....	35
2.1.4.2.3.1 – Normais.....	35
2.1.4.2.3.1.1 – Primária.....	36
2.1.4.2.3.1.1.1 – Rústica.....	36
2.1.4.2.3.1.1.2 – Canhestra	36
2.1.4.2.3.1.1.3 – Escolar	37
2.1.4.2.3.1.2 – Secundária.....	37
2.1.4.2.3.1.3 – Senil.....	38
2.1.4.2.3.2 – Anormais.....	38
2.1.4.2.3.2.1 Patológica.....	38
2.1.4.2.3.2.2 Imitada.....	39
2.1.4.2.3.2 – Simbólica.....	41
2.1.5 Normas para Conferência de Assinaturas.....	42
2.1.5.1 Aspecto geral.....	42
2.1.5.1.1 Cultura Gráfica.....	43

2.1.5.1.2 Espontaneidade.....	43
2.1.5.2 Aspecto particular.....	43
2.1.5.2.1 Ataques.....	43
2.1.5.2.1.1 Apoiado.....	44
2.1.5.2.1.2 Sem apoio.....	44
2.1.5.2.1.3 Infinito.....	44
2.1.5.2.2 Remates.....	45
2.1.5.2.2.1 Apoiado.....	45
2.1.5.2.2.2 Sem apoio.....	46
2.1.5.2.2.3 Em fuga.....	46
2.1.5.3 Aspecto Particularíssimo	47
2.2 Grafoscopia Digital.....	49
2.2.1.1 Introdução.....	49
2.2.1.2 Reconhecimento de assinaturas.....	50
2.2.1.3 Decisão.....	52
2.3 Uso de tinta com DNA em assinaturas.....	53
2.4 Uso semiótico da assinatura	54
2.4.1 Localização.....	54
2.4.2 Perícia em obras de arte.....	58
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	58
3.1 Austin e o Performativo.....	58
3.2 Derrida e a assinatura.....	63
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	67
4.1 A assinatura – Um ato de responsabilidade?.....	67
4.2 A assinatura como marca.....	71
5 Considerações finais.....	75
6 Referências.....	79

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Exemplo 01 – Contraste claro/escuro.....	11
Exemplo 02 – Momentos morfogenéticos.....	11
Exemplo 03 – Ataque e fuga.....	12
Exemplo 04 – Fuga em arpão.....	12
Figura nº 01 – Dinâmica – Pressão e Progressão.....	26
Figura nº 02 – Dinâmica –Comando com a progressão.....	26
Figura nº 03 – Momento morfogenético – Um momento.....	27
Figura nº 04 – Momento morfogenético – Dois momentos.....	27
Figura nº 05 – Momento gráfico.....	28
Figura nº 06 – Momento negativo.....	28
Figura nº 07 – Momentos gráfico e negativo.....	28
Figura nº 08 – Escrito Rústico.....	36
Figura nº 09 – Escrito Canhestro.....	37
Figura nº 10 – Escrito Escolar.....	37
Figura nº 11 – Escrito Secundário.....	38
Figura nº 12 – Escrito senil.....	38
Figura nº 13 – Escrito patológico.....	39
Figura nº 14 – Ataque Apoiado.....	44
Figura nº 15 – Ataque sem apoio.....	44
Figura nº 16 – Ataque do infinito.....	45
Figura nº 17 – Ataque em arpão.....	45
Figura nº 18 – Remate apoiado.....	46
Figura nº 19 – Remate sem apoio.....	46
Figura nº 20 – Remate em fuga.....	47
Figura nº 21 – Assinatura com traçado trêmulo.....	47
Figura nº 22 – Momentos morfogenéticos.....	48
Figura nº 23 – Ataques e fugas.....	48
Figura nº 24 – Exemplo de um tablet.....	51
Figura nº 25 – Módulos do sistema RNA.....	51
Figura nº 26 – Cartel.....	55
Figura nº 27 – Cartelino.....	55
Figura nº 28 – Assinatura em Tela.....	56

Figura nº 29 – L’oeil cacodylate.....57
Figura nº 30 – Selo ou Colofão..... 72

1 – INTRODUÇÃO

...a originalidade enigmática de qualquer rubrica. Para que a ligação à fonte se produza, é necessário que se retenha a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura e de uma forma de assinatura: a reprodutibilidade pura de um acontecimento puro.

Existirá tal coisa? A singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura nunca se produzirá? (J. Derrida, 1991, p. 371)

1.3 – Percurso

Esta pesquisa é fruto de um percurso que se iniciou em 2007 quando cursava, como aluno especial, uma das matérias de mestrado em línguística na UFSC. . Na ocasião, ao tomar conhecimento da epígrafe de abertura da presente dissertação e que a inspirou, deparei com uma aporia: oriundo do ambiente bancário, onde, dentre outras atividades, ocupei-me também da técnica de conferência de assinaturas, técnica essa cujo conhecimento então detinha e que objetivava comprovar, exatamente o contrário do que se enunciava. O fato chocou-me, inicialmente, porém ao mesmo tempo instigou-me à investigação.

Durante as aulas de mestrado, notadamente quando da interlocução da obra “*Quando dizer é fazer*” (AUSTIN, 1990) pensava em utilizar os conhecimentos de grafoscopia para provar o ter estado presente daquele que assina em um ato performativo. Porém, a leitura de outra obra: “*Assinatura, acontecimento, contexto*” (DERRIDA, 1991) foi importante para vislumbrar uma outra dimensão para a pesquisa. Relutante, de início, mas inspirado na interlocução com os outros alunos de mestrado e com o professor que ministrava a matéria e que também é o orientador dessa dissertação, escolhi, mais tarde – no enunciado que abre esta introdução e que muito nos ajudou na escolha – o caminho a ser seguido.

Queria investigar o paradoxo, mas ainda não sabia como. Num primeiro momento pensei em utilizar a técnica grafoscópica para, cientificamente provar que há maneira, sim, de se comprovar por meio de marcas que o punho escritor deixa inconscientemente no traço de uma assinatura, a “*singularidade absoluta... de uma forma de assinatura*”. (DERRIDA, 1991, p. 371) A interlocução acadêmica mostrou-me o caminho da investigação.

1.2 – Objetivos

O problema da pesquisa – numa perspectiva pragmático-filosófica – é a ética nas questões de responsabilidade decorrentes de atos de fala e/ou assinaturas e de comunicação em enunciações escritas. O foco da investigação será centrado na grafoscopia e na relação entre a assinatura e seu contexto.

Um dos meios mais utilizados para a validação da autenticidade de documentos ainda são as assinaturas manuscritas, sendo utilizadas em transações envolvendo documentos como contratos, cheques, recibos, entre outros, e, mais recentemente, conforme Heinen & Osório (2006, p. 31), também podem ser utilizadas para a caracterização biométrica física visando à autenticação de usuários em sites de informática. Porém, a verificação destas assinaturas só pode ser efetuada por pessoas que possuam a devida qualificação, ou por hardwares específicos, tornando este um trabalho especializado. Ao campo que define e orienta esse tipo de trabalho especializado dá-se o nome de Grafoscopia.

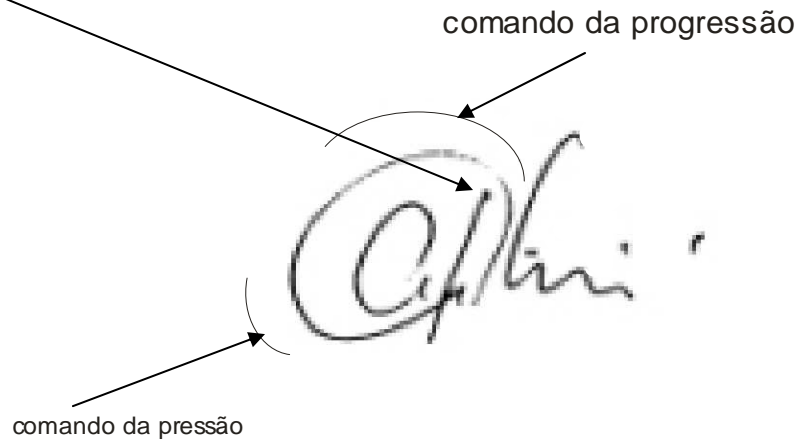
A Grafoscopia desenvolveu-se com um objetivo inicial: esclarecer questões criminais, como parte da Criminalística, que é a ciência que estuda os vestígios relacionados com o crime. Ao longo do tempo, contudo, a Grafoscopia passou a incidir sobre outras áreas do conhecimento humano, tais como o Direito (a fim de confirmar, por exemplo, a origem de um antigo contrato ou escritura), as artes, a historiografia, a literatura, a medicina, a administração de empresas, as atividades bancárias e a informática.

Essa diversidade de aplicações deve-se ao fato de que, para além das finalidades criminalísticas inicialmente atribuídas ao campo, o verdadeiro objetivo da disciplina é apurar determinadas características gráficas na elaboração dos documentos.

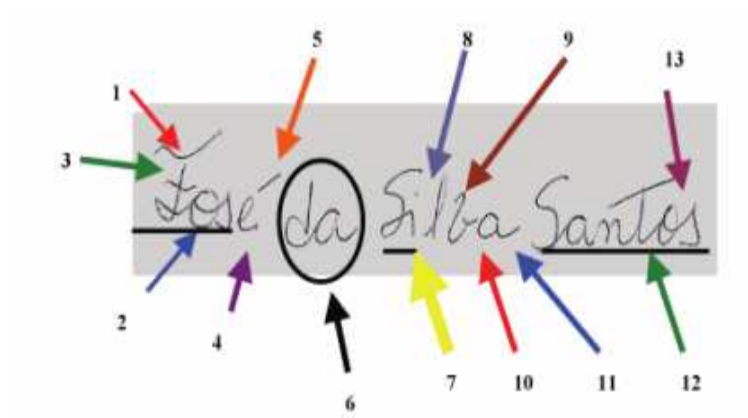
Para determinar uma autoria, a perícia grafoscópica fundamenta sua técnica, não na verificação da assinatura em si (isto é, na similaridade da sua forma ou em seus traços gerais), mas na identificação de marcas que o punho escritor deixa inconscientemente no traço, por exemplo: os pequenos pontos, chamados de satélites, fruto de giros involuntários que o escritor faz no instrumento escritor; ou o contraste claro escuro na escrita gerado por momentos de maior pressão ou maior

progressão imposta ao traço; ou, ainda, o número de paradas (momentos morfogenéticos), formas de ataque (início da traço) ou fuga (final do traço),.

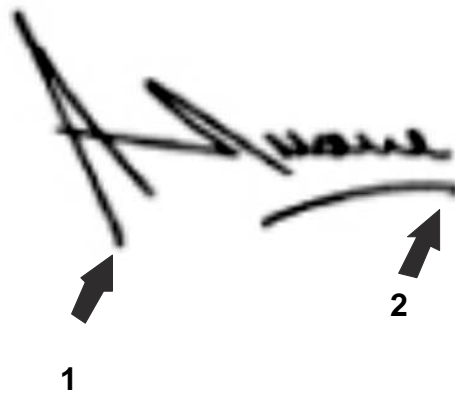
satélite



Exemplo 01 - Contraste claro/escuro
(BURSZTYN, 2009, p.4)



Exemplo 02 - Momentos morfogenéticos
(MONTEIRO, 2001, p.29)



1 ataque abrupto
2 fuga em arpão

Exemplo 03 - Ataque e fuga
 (BURSZTYN, 2009, p. 4)

Exemplo 04 - Fuga em arpão



1 comando da pressão
2 fuga em arpão

(MONTEIRO, 2001, p. 35)

A questão geral a que isso nos remete é que esse discurso da perícia grafotécnica, no sentido da imputação de responsabilidades, abriga certas contradições e comporta certos limites. Confrontado consigo mesmo, esse discurso revela algo mais do que os seus proponentes gostariam de revelar. Todo o texto comporta os germes de sua própria desconstrução, supõe Jacques Derrida. No caso da grafoscopia, a questão é que, a responsabilização não é peça assinatura, mas

sim por outro ato, a imputação de “responsabilidade” é reconhecida naquilo que o sujeito faz “*irresponsavelmente*”. Grifo o irresponsavelmente, para contrapô-lo à responsabilidade, e explico o motivo: é que, paradoxalmente, as análises que confirmam ou não um ato de responsabilidade são obtidas, como se pretende demonstrar neste trabalho, a partir de marcas deixadas inconscientemente pelo autor.

Esse dado abre todo um campo de reflexão sobre o tema da responsabilidade. Claro, é impossível viver em um mundo em que não se possam imputar responsabilidades às pessoas. Essa imputação, no entanto, é permanentemente assombrada por certa contradição, um dilema, um limite que o discurso da grafoscopia justamente traz à tona: o fantasma da irresponsabilidade. E isto é feito apesar de sua intenção, que visa à elaboração de técnicas de reconhecimento de assinaturas, para, justamente, responsabilizar o sujeito. Em suma, contra todas as expectativas e o próprio desejo declarado da disciplina, o discurso da Grafoscopia, argumentaremos, comporta a possibilidade de certa problematização do conceito de responsabilidade – conceito este que tal discurso deveria, contudo, reafirmar incondicionalmente.

Nessa problematização do conceito de responsabilidade, seguiremos, em particular, a vertente de reflexão aberta sobre o tema por Jacques Derrida no texto “**Assinatura Acontecimento Contexto**” (In: *Margens da Filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991, pp. 349-373)

Para o filósofo argelino não há legitimidade pura num ato de assinatura – figura extrema da assunção de responsabilidade. “Haveria uma assinatura que não pudesse ser repetida e, no limite, por sua reprodutibilidade necessária, falsificada?”, pergunta-se Derrida. O que é, portanto, a legitimidade se a possibilidade do ilegítimo continua a constituir a sua estrutura?

1.3 – A Motivação

O tema suscitado por Derrida representa uma motivação bastante relevante para um profissional vindo da grafoscopia, mas que pretende estender esse campo, de cunho científico, a uma área, a linguística, que em princípio pouco

tem a ver com as questões jurídicas, mais afetas à área do Direito, ou com as demandas da perícia, mais afetas às engenharias e à arquitetura, mas que, com elas denota muitas afinidades, sobretudo na área da filosofia da linguagem, relacionada, esta, à pragmática. A pragmática, área vista dentro da linguística com mais heterogênea, admitindo, portanto, o pretendido desdobramento, é definida por Haberland & Mey, editores do *Journal of Pragmatics* apud Pinto (2006) como aquela que “... analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática.”

A motivação teve esse enfoque, desafiador, para o qual a área da linguística não tem contribuído de forma muito efetiva. O desafio, portanto, é que essa área de estudo da filosofia da linguagem exponha, no dizer de Derrida, apud Pinto, 2006, a dimensão ética da linguagem na realização de um ato performativo, que, no dizer de AUSTIN (1990, p. 26), é possível, não pelo proferimento de palavras, tanto faz se escritas ou faladas, mas de alguma outra maneira, por exemplo, uma marca, um sinal, um nome próprio, uma assinatura, que se separa do emissor, para assinalar um ter estado presente num agora futuro. Quando se assina um documento, o ato representa a aceitação dos fatos, indicando sua concordância, pois representa uma marca ou selo pessoal do indivíduo.

Para preparar uma enunciação mais clara de nossa proposta, passaremos a expor as características do discurso grafoscópico, assim como suas origens históricas.

Em seguida será feita uma breve revisão do já mencionado texto de Derrida.

2 – REFERENCIAL TÉCNICO

Assinar um documento, seja ele uma procuração, escritura, cheque, recibo ou testamento, significa dar fé, dar autenticidade ao que está nele contido. Porém, como comprovar a autenticidade da assinatura quando a mesma tiver a sua validade contestada? Isso está afeto à Forensic Linguistics, que é a ciência cujo ferramental teórico constitui conhecimento técnico científico que objetiva esclarecer questões

relacionadas ao poder judiciário. Uma das ramificações da ciência é a grafoscopia. Neste capítulo apresentaremos o assunto, objetivando fundamentar teoricamente o que se pretende demonstrar neste trabalho.

Para realizar tal objetivo, dividimos este tópico em quatro segmentos. No primeiro deles apresentaremos a grafoscopia tradicional, seu conceito, histórico, estudo e normas para conferência de assinaturas. Na segunda parte, faremos o mesmo exercício com a grafoscopia digital. Na terceira, apresentaremos rapidamente o uso de tinta com DNA em assinaturas, por ser pertinente à interlocução entre este assunto científico e a obra objeto de estudo nesta monografia. Na quarta e última parte deste capítulo apresentaremos rapidamente alguma coisa a respeito do uso (semiótico) da assinatura em pinturas.

2.1 – Grafoscopia

2.1.1. Denominação

A disciplina que regula os exames de documentos dessa especialidade possui diversas denominações, tais como:

Grafoscopia · Grafística · Grafotécnica · Grafocrítica · Grafotecnia ·
Perícia gráfica · Perícia caligráfica · Perícia grafotécnica ·
Documentologia · Documentoscopia · Grafodocumentoscopia

De todas essas denominações preferimos o vocábulo "Grafoscopia" pois os exames em questão recaem exclusivamente nas peças gráficas. Assim sendo, a formação híbrida da união do radical "*graphia*" (escrita) com a expressão grega "*skopéin*" (examinar) é a combinação que transmite o melhor significado da disciplina.

Apesar de recentes, as denominações que adotam o termo "documento" nos parecem impróprias, pois a disciplina não regula os exames relativos aos documentos sem registros gráficos, como as pinturas, os discos, as fitas magnéticas e outras. Tais documentos costumam ser estudados com base em outras matérias,

como por exemplo, a perícia técnico-científica, acrescentando, ainda, que o termo "documentoscopia", é muito abrangente, podendo englobar outras tipificações de exames (jurídica, histórica, artística etc. ..).

Apesar de se utilizar de alguns conhecimentos da Física, Química, Matemática e de outras ciências, a disciplina tem como fundamento o estudo das grafias. Assim sendo, os exames de suportes, tintas e instrumentos escreventes são auxiliares e somente se justificam quando relacionados ao estudo de alguma escrita.

Portanto, entendemos que a denominação da disciplina deve conter obrigatoriamente o radical "*graphós*", sendo o termo "grafoscopia" o mais adequado, pois transmite a idéia de exames de escritos.

Na realidade não é somente a essa disciplina que estuda os grafismos. As demais disciplinas, porém, possuem outras finalidades e suas denominações já estão consolidadas. Dentre elas cabe destacar as seguintes:

- Grafologia - é o estudo da escrita visando determinar a psique do escritor;
- Paleografia - é o estudo da evolução histórica da escrita;
- Caligrafia - é o estudo artístico da escrita.

Por fim, devemos assinalar que as disciplinas que estudam os grafismos estão inseridas na ciência denominada Grafonomia, que dispõe de princípios de leis que regulam o desenvolvimento dos grafismos.

2.1.2 Conceito

O conceito tradicional da Grafoscopia desenvolveu-se em decorrência do objetivo inicial da disciplina: esclarecer questões criminais. Inserida na área da Criminalística, que é a ciência que estuda os vestígios relacionados com o crime, a grafoscopia tem sido conceituada como a disciplina cuja finalidade é a verificação da autenticidade ou a determinação da autoria de um documento.

Tal conceito a restringe à área da criminologia, o que limita o seu escopo, pois a sua aplicação é mais ampla e a sua verdadeira finalidade é outra. Apesar da maior aplicação da grafoscopia às questões policiais e jurídicas, a sua utilização abrange outras áreas do conhecimento humano, tais como a do Direito, das Artes,

da Historiografia, da Medicina, da Administração de Empresas, da Área Bancária e da Informática.

Também tem sido muito utilizada pelos historiadores, na apuração de datas, locais e autores de documentos históricos, ou mesmo pelos advogados, ao confirmar a origem de antigos contratos ou escrituras, o que dá amplitude ao uso da disciplina.

Os conhecimentos grafoscópicos costumam ser utilizados para o desenvolvimento dos sistemas de segurança de bancos e empresas afins, onde contam, atualmente com sistemas informatizados utilizando a técnica da biometria e servem para a análise de grafias em obras de arte e até mesmo para o estudo de patologias na área da Medicina.

A abrangência de todas essas utilizações permite constatar que na realidade o verdadeiro objetivo da disciplina é apurar determinadas características gráficas na elaboração de um documento. Ordinariamente, os exames visam solucionar questões específicas, como por exemplo a determinação de autoria de documentos (Quem?), a data de sua elaboração (Quando?), o local e forma de sua preparação (Onde? Como?) e o real significado do seu conteúdo (Por quê?), ou seja, descobrir a origem do documento.

Essas ponderações levam à conclusão de que o conceito da disciplina deve ter como base o seu objetivo genérico, que é a origem do documento, e não um interesse específico, que é aquele da Criminalística.

Isto posto, após o desenvolvimento e sistematização desses raciocínios, consideramos o conceito da disciplina emitido pelo perito CINELLI: a GRAFOSCOPIA-GRAFOTÉCNICA, ainda como um capítulo da DOCUMENTOSCOPIA, que tem por princípio determinar a autenticidade ou falsidade de uma escrita ou assinatura, e, se, falso, determinar o seu autor. Essa disciplina é baseada em princípios técnico-científicos que por meio da perícia grafotécnica visa ao estudo e análise da grafia (movimentos e traços de escrita manual ou mecânica)

A perícia grafotécnica ou grafotecnia objetiva verificar a autenticidade dos grafismos, ou seja, identificar quem produziu uma assinatura ou qualquer manuscrito e determinar sua autoria. Nesta concepção tem utilidade na pesquisa de autoria de

assinaturas, supostamente, falsas. Além disso, para determinar autoria em textos anônimos, quando se tem suspeito, etc.

O perito grafotécnico, com base em amplo conhecimento das técnicas clássicas, bem como da tecnologia na análise biométrica (por computador) realiza o estudo e análise de assinaturas e documentos, detectando falsificações, alterações, sobreposições, etc., em documentos tais como cheques, recibos, contratos, escrituras, cartas, testamentos, etc., e é habilitado a assegurar máxima eficiência na solução do assunto.

Seus relatórios, baseados em glossário técnico, objetivam a compreensão, por parte do juiz, dos estudos que foram desenvolvidos na peça objeto da análise, em confronto com a peça padrão (aquela que se tem como verdadeira)

Tal estudo estabelece a paternidade gráfica, ou seja, a certeza de que a peça envolvida é ou não é de autoria do signatário envolvido no ato de assinatura.

2.1.3 Histórico

A escrita pode ser classificada como direta ou indireta, conforme sua formação. É direta ou grafismo, quando provém de punho humano, através de seus gestos gravados em um suporte. E é indireta, ou impressão, aquela produzida através de processos artificiais.

As pinturas de Altamira, descobertas em 1879, foram o primeiro conjunto pictórico pré-histórico de grande extensão descoberto como uma obra artística realizada por homens do Paleolítico., porém, a escrita hieroglífica constitui provavelmente o mais antigo sistema organizado de escrita no mundo. Com o tempo evoluiu para formas mais simplificadas, como o hierático, uma variante mais cursiva que se podia pintar em papiros ou placas de barro, e ainda mais tarde, com a influência grega crescente no Oriente Próximo, a escrita evoluiu para o demótico, fase em que os hieróglifos iniciais ficaram bastante estilizados, havendo mesmo a inclusão de alguns sinais gregos na escrita originou a escrita protosinaítica daí ao musnad (alfabeto árabe meridional), e o protocananeio, origem do hebreu antigo chegando a um alfabeto semítico antigo, aparentado ao fenício, o qual, passando pelos gregos e pelos etruscos, deu origem ao alfabeto

latino usado hoje em quase todas as línguas, o primeiro alfabeto completo de vinte e duas letras, o hebraico, que originou a escrita fonográfica, que foi aperfeiçoada pelos gregos e romanos, que utilizamos atualmente.

A escrita introduz, no domínio da comunicação, uma mudança na relação com o tempo e o espaço, igual àquela introduzida na questão da subsistência alimentar, quando, na revolução neolítica houve a introdução da agricultura. Assim, os proferimentos podem ser separados dos contextos particulares em que são produzidos para além da presença do emissor e do receptor. Essa separação das mensagens do contexto, em que foram produzidos os discursos, deflagra o início das reflexões teóricas e das pretensões à universalização do conhecimento.

A leitura alfabética conduz, igualmente, a diferenças culturais importantes, conforme um leitor tenha aprendido o alfabeto ou não. Assim, os adultos chineses, aqueles que não aprenderam senão a escrita chinesa tradicional fracassam nos testes de consciência fonêmica, enquanto os que também aprenderam a escrita *pinyin*, que obedece ao princípio alfabético, alcançam êxito, uma vez que os indivíduos de culturas alfabéticas têm tendência a pensar por categorias, enquanto que os de culturas *pictóricas* captam primeiro as situações.

Isso fez com que se iniciasse o que se entende por civilização. Em decorrência, a partir do conhecimento registrado de forma escrita, determinou-se o desenvolvimento da humanidade. Dominar a linguagem escrita conferiu atributos de poder e superioridade às pessoas, às classes sociais, às nações etc. Houve então o desenvolvimento da ciência e da técnica, a modernidade e a pós-modernidade que conhecemos hoje.

Foram os atributos da linguagem escrita, tais como: a linearidade, o encadeamento lógico-sequencial, a autoria, os pressupostos de veracidade, entre outros, que constituíram os pilares semânticos e lógicos que sustentam amplamente a civilização humana.

A escrita constitui-se de alentado número de elementos genéricos, que diferem uns dos outros pelo que são em si mesmos. Cada um é o que os outros não, ou seja, têm particularidades grafocinéticas, às quais se deve acrescentar a possibilidade da existência de "mínimos" gráficos inconfundíveis onde se torna fácil

compreender o elevado grau de características unipessoais competentes de uma escrita, permitindo sua identificação firme e segura.

No passado os exames de documentos eram procedidos por métodos empíricos, sem qualquer fundamento científico, o que provocou erros judiciais memoráveis. Os primeiros registros de perícia surgiram na antiguidade, quando Quintiliano constatou fraudes em textos hieroglíficos de generais egípcios. No Império Romano, no tempo de Augusto, Suetônio já considerara um tal de Titus como um hábil falsário. Também nessa época, no ano de 94, Quintiliano na sua *“Instituto Oratório”* publicava algumas normas para a apuração da falsidade documental.

Na Grécia antiga, por exemplo, as palavras não eram separadas por espaço em branco, o que tornava a leitura um ato que conferia grande valor ao leitor, pois lhe era necessário desenvolver grande maestria.

Na Idade média, o encargo de ler e escrever, considerado desairoso pelos nobres, era atribuído aos monges e aos escreventes públicos. A escrita assim produzida era rebuscada, abundante de adornos e ornamentos, seguindo as diversas escolas caligráficas e em consequência da fragilidade dos instrumentos escritores.

A escrita ligando as letras umas às outras, denominada em Grafoscopia de escrita cursiva, surge mais tarde, com o advento da pena metálica que deu mais segurança e rapidez ao punho, facilitando o gesto gráfico.

Em 1570, na França, surge em 1570 uma corporação de “Mestres-Escrivões” que eram encarregados da perícia de documentos escritos. Eles se utilizavam da prática de comparar as formas e os símbolos gráficos, técnica chamada de “Método Homológico de Confronto Formal”

O aperfeiçoamento dos instrumentos escritores proporcionou maior personalidade às manifestações gráficas que abandonaram os padrões caligráficos. Com essa evolução o método do confronto formal deixou de satisfazer as necessidades da perícia gráfica, levando, em consequência ao surgimento de outros métodos de exame:

- a) Grafológico – consistia na aplicação, pelo grafólogo de suas observações pessoais em assuntos grafotécnicos, sem, contudo metodologia de caráter científico;
- b) Sinalético – elaborado na Itália, por Ottonlegghi, é um método em que as características gráficas são classificadas numa ordem de importância, em três grupos: gerais, salientes ou pessoais e personalíssimas. Essa classificação segue uma hierarquia em que as últimas têm preferências pelas anteriores;
- c) Grafométrico – Locard, na França, retomando estudos do alemão Langebruch, denominados Grafometria, aperfeiçoou a técnica que consiste na mensuração do grafismo, cujos valores são dispostos em tabelas e diagramas, visando o estabelecimento de comparações, porém, os resultados esperados da aplicação matemática na perícia gráfica não corresponderam à expectativa. Sabe-se que hoje, diante da evolução dos sistemas computadorizados, está-se trabalhando sobre métodos comparativos em computação gráfica. Sobre isso tratarei mais adiante em um capítulo exclusivo. Enfim, sobre a grafoscopia propriamente, foi Locard o verdadeiro precursor dela, como disciplina auxiliar da criminalística, ao fundar um laboratório técnico-científico na França, marcando desta maneira a transição entre o empirismo romântico e a atividade científica da disciplina.

Na fase empírica da grafoscopia, os melhores estudos foram produzidos na França, destacando a obra de Jacques Raveneau, *“Traité des inscriptions en faux, de 1665”*, e os trabalhos de Bertillon e Crepieux Jamin, do final do século XIX, que aportam os primeiros fundamentos da grafologia e grafoscopia modernas, mais sobre a primeira, que sobre a segunda.

Disciplina recente, sua metodologia teve origem no início do século XX com os peritos dos principais laboratórios de Polícia Técnica da Europa e dos Estados Unidos, onde se destacaram os trabalhos desenvolvidos pelo americano Albert S. Osborn, com as publicações das obras *“Questioned documents”*, em 1909

em sua 1ª edição, em 1929, na 2ª edição, e “*Les lois de l’écriture*”, do especialista francês Edmond Solange Pellat.

Edmond Solange Pellat, que foi presidente da Sociedade Técnica dos Peritos em Escritas da França, em sua obra antes referida, estabeleceu diversas leis naturais da escrita. Estas leis, chamadas “Leis Pellat”, de natureza prática, deram à Grafoscopia um respaldo científico de incontestável valor, pela sua extraordinária objetividade” (Basílio, 2009, p.2). De fato, essas leis se aplicam sem distinção a todos alfabetos, constituindo um verdadeiro "princípio fundamental inicial", assim enunciado: "As leis da escrita são independentes dos alfabetos empregados".(PELLAT, *apud* BASÍLIO, 2009 p.2)

Em nosso país, a Grafoscopia surgiu em São Paulo, com a criação da Delegacia de Técnica Policial pelo Dr. Carlos A. de Sampaio Vianna, em 1925.

Os casos mais polêmicos ocorridos no Brasil envolveram ex-presidentes da República, cabendo destacar o caso Bernardes, a carta-testamento de Getúlio Vargas, os documentos de supostas contas no exterior de Jânio Quadros e, mais recentemente, a Operação Uruguai, envolvendo o ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Na história são encontradas muitas outras referências a respeito de fraudes e sua repressão, sendo que a grafoscopia surgiu com a fraude, e esta com a escrita.

Na grafoscopia moderna as técnicas de exame do grafismo oferecem maior ênfase às movimentações processadas pelo punho escritor. Em 1951, o professor José Del Picchia Filho estabeleceu um método, ao qual denominou, inicialmente, Método Grafocinético, e que, após ser submetido à *International Association for Identification* teve alterada a denominação para MÉTODO GRAFOSCÓPICO UNIVERSAL .

Mais tarde, observa-se forte tendência para explorar os grafismos pela ótica da Gênese gráfica, à qual até o método grafocinético do Dr. Del Picchia está subordinado.

Atualmente, além da análise de assinaturas por meio de perícias usando as técnicas tradicionais, que consideram dados genéticos e genéricos também, estão sendo desenvolvidos métodos de exame de assinaturas através da Biometria,

técnica que consiste em submeter as peças sob exame (peça questionada e peça genuína) a escaneamento, segmentação, – que consiste na divisão da assinatura em partições com a intenção de avaliar o traçado localmente – extração de características – que consiste na extração dos elementos gráficos computacionais que irão caracterizar a assinatura – e posterior alimentação de algoritmo computacional que produzirá o modelo que servirá de referência para a comparação.

Há ainda outros métodos atuais, Um que consiste em uma ferramenta semi-automática de auxílio ao perito grafoscópico, possibilitando a análise de uma assinatura manuscrita através de um software, “Gênese”, de apoio à decisão no qual é baseada a análise grafotécnica pericial pelo conceito da comparação estatística entre um conjunto de espécimes genuínos e o espécime questionado e outro chamado SIRA – Sistema de Reconhecimento de Assinaturas, desenvolvido na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Informática da PUC-RS no qual a perícia grafotécnica é efetuada através de Reconhecimento de Imagens Utilizando Redes Neurais.

2.1.4 Estudo da Grafoscopia

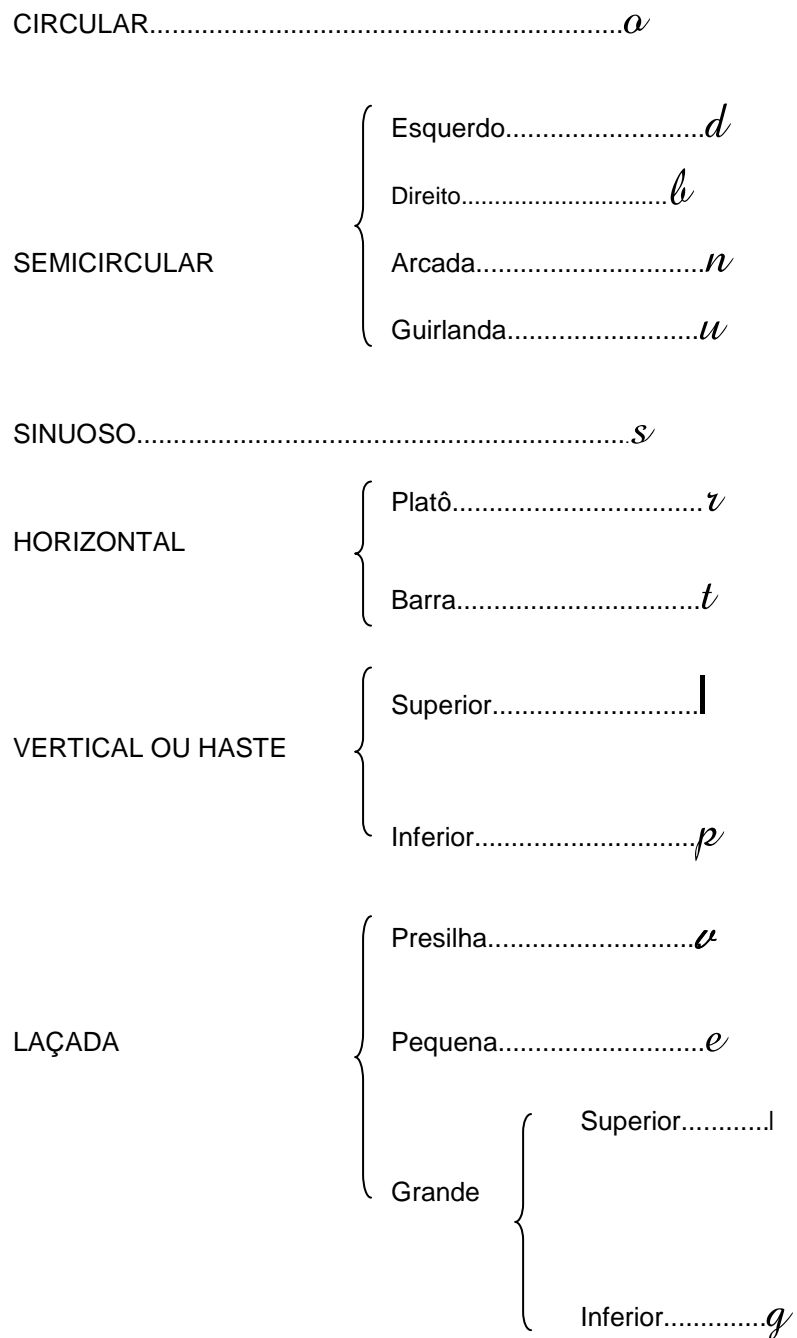
O estudo da grafoscopia subdivide-se em: estudos do traço grama, dinâmica e momentos gráficos; da produção do grafismo fases, leis e idades gráficas e, por fim, normas para conferência de assinaturas,

2.1.4.1 Estudos do Traço

2.1.4.1.1 Grama

Embora nem todos os especialistas adotem esse conceito, o “grama”, o traço instituído ideado na arque-escrita é o registro resultante de um gesto gráfico realizado sem mudança brusca de sentido.

De acordo com a forma em que se apresentam, recebem uma nomenclatura própria:



(Fonte: BANCO DO BRASIL, 1975, p.8)

2.1.4.1.2 Dinâmica

A grafoscopia postula que a dinâmica é a resultante da aplicação das leis de Newton:

Leis de Newton

1. Primeira lei de Newton ou princípio da inércia:

Um corpo que esteja em movimento ou em repouso, tende a manter seu estado inicial.

2. Segunda lei de Newton ou princípio fundamental da mecânica:

A resultante das forças de ação num corpo é igual ao produto de sua massa pela aceleração adquirida.

3. Terceira lei de Newton ou lei de ação e reação:

Para toda força aplicada, existe outra de mesmo módulo, mesma direção e sentido oposto.

Isaac Newton publicou estas leis em 1687, no seu trabalho de três volumes intitulado *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. As leis explicavam vários comportamentos relativos ao movimento de objetos físicos. (NEWTON, 1871, p.13/14 em tradução livre do autor)

Essas leis, aplicadas aos estudos da grafoscopia caracterizam os seguintes princípios:

- **PRESSÃO**: é a força aplicada no contacto do instrumento escritor no suporte;
- **PROGRESSÃO**: é a força que o impele e o faz deslocar-se na execução de um grama, e sem essa impulsão qualquer grafismo não passaria de um simples ponto.
- **TRAÇADO** é o resultante da combinação de ambas as forças, atuando em relação de causa e efeito, o que as torna inversamente proporcionais.

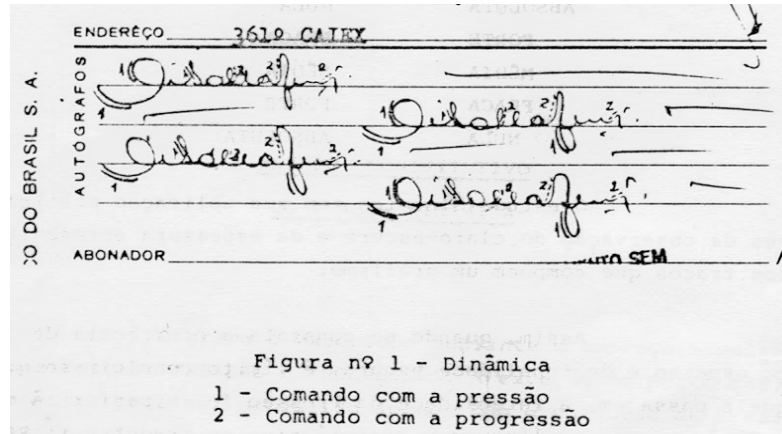
A intensidade com que a dinâmica é aplicada, tanto na pressão como na progressão, provoca um comportamento dinâmico observável através da variação claro/escuro e da espessura do traçado apresentado no grafismo, dentro das seguintes faixas:

<u>PRESSÃO</u>		<u>PROGRESSÃO</u>
Absoluta		Nula
Forte		Fraca
Média		Média
Fraca		Forte
Nula		Absoluta

(Fonte: BANCO DO BRASIL, 1975, p.11)

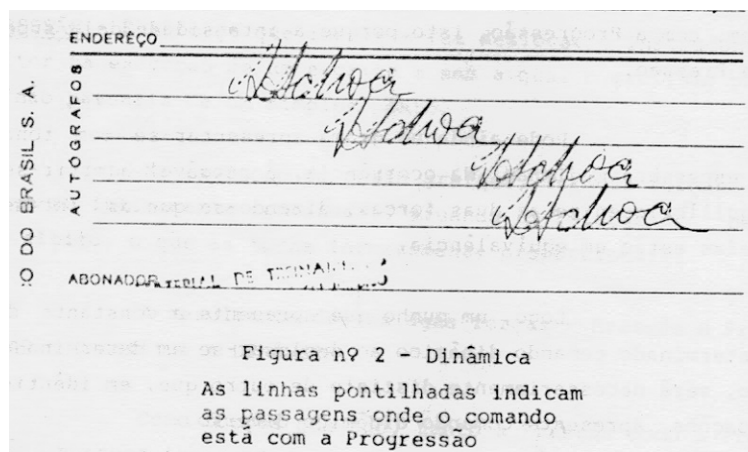
Assim, quando se observa no grafismo um traçado espesso, define a técnica grafoscópica, que, naquele trecho, a intensidade da pressão foi superior à

progressão, denotando, em linguagem grafotécnica, “*uma passagem ou trecho com comando da pressão*”. (Idem, p.10)



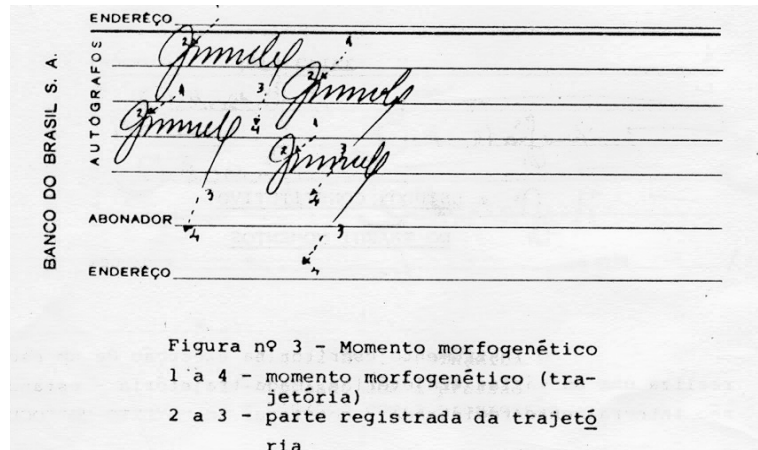
(Idem, p. 12)

Opostamente, ao se observar um traçado fino e claro, a grafoscopia define que, naquele trecho, a intensidade da progressão foi superior à pressão, o que denota, em linguagem grafotécnica, “*uma passagem ou trecho com comando da progressão*” (Idem, p.10)



(Idem, p. 12)

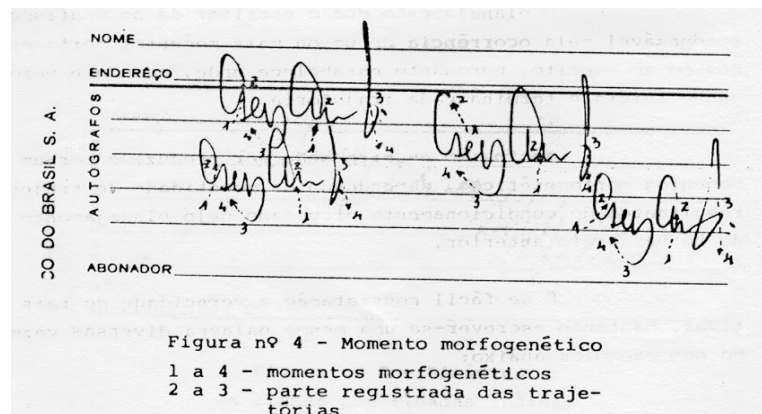
Quando, entretanto, o traçado apresenta tonalidade e espessura medianas é porque há equivalência entre as duas forças.



(Idem, p. 14)

Ao executar um escrito o instrumento escritor traça uma ou mais de uma trajetórias, registradas ou não, constituindo um MOMENTO MORFOGENÉTICO. “O planejamento que o escritor dá ao grafismo é o responsável pela ocorrência de um ou mais de um momentos morfofenéticos, em um escrito porquanto estabelece onde, quando e porque o punho inicia e termina cada trajetória.” (Idem, 1975, p. 10)

Portanto uma assinatura pode ser firmada em um ou mais momentos morfofenéticos, dependendo das trajetórias resultantes desse condicionamento genético que, segundo os melhores peritos em grafoscopia, os falsários não conseguem reproduzir. Veja como se verifica essa assertiva observando as assinaturas reproduzidas abaixo:



(Idem, p. 14)

Em razão da dinâmica empregada pelo escritor, os momentos morfofenéticos podem produzir apenas um momento gráfico e/ou momentos gráficos mais momentos negativos.

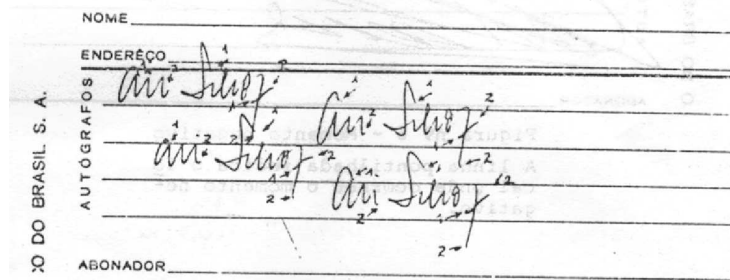


Figura nº 5 - Momento gráfico
1 a 2 - momentos gráficos (partes registradas das trajetórias)

(Idem, p. 15)

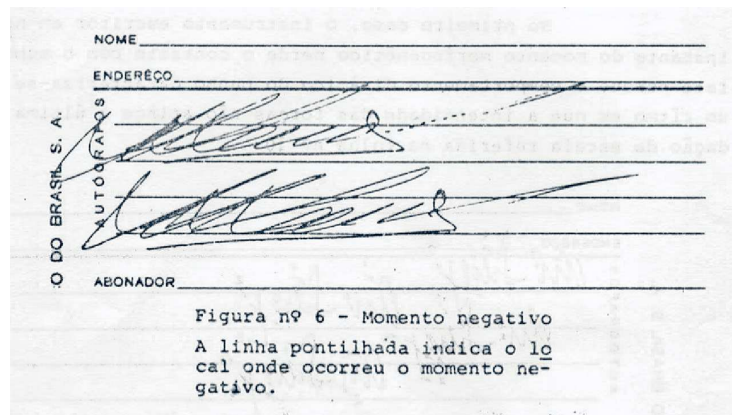


Figura nº 6 - Momento negativo
A linha pontilhada indica o local onde ocorreu o momento negativo.

(Idem, p. 16)

No primeiro caso, o instrumento escritor jamais perde o contacto com o suporte (quando o comando estiver com a pressão). No segundo caso, (ocasião em que o comando está com a progressão), o instrumento escritor ora está em contacto com o suporte, ora plana sobre ele, produzindo um momento negativo para logo após voltar ao contacto produzindo novo momento gráfico.

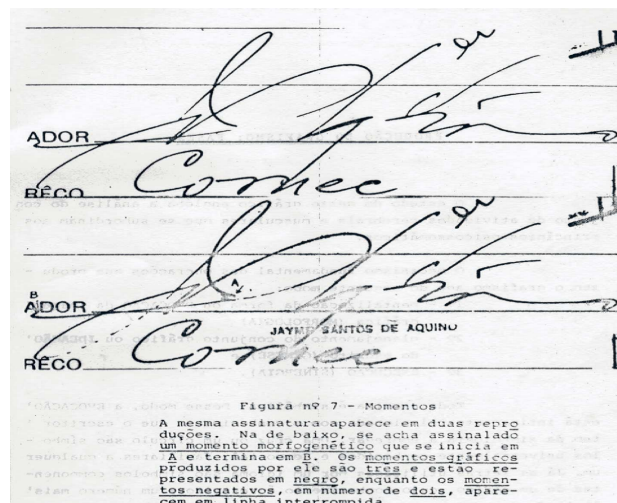


Figura nº 7 - Momentos
A mesma assinatura aparece em duas reproduções. Na de baixo, se acha assinalado um momento morfo-genético que se inicia em A e termina em B. Os momentos gráficos produzidos por ele são três e estão representados em negro, enquanto os momentos negativos, em número de dois, aparecem em linha interrompida.

(Idem, p. 17)

Esses movimentos podem ser percebidos, observando-se a trajetória que o traçado faz ao deixar o contacto com o suporte que se torna mais fino até desaparecer, retornando adiante e mantendo a mesma projeção que a trajetória tinha ao deixar o contacto. Esse é um dos detalhes que os peritos observam quando do confronto das peças originais com a peça sob exame.

Concluem os peritos grafotécnicos, portanto, que a ocorrência de momentos gráficos e momentos negativos em um momento morfogenético se dão em função da dinâmica empregada pelo punho escritor e que esta é uma das características genéticas de cada punho.

2.1.4.2 Produção do grafismo

2.1.4.2.1 Fases

De acordo com a grafoscopia, o estudo de um gesto gráfico abrange a análise de atividades cerebrais e neuromusculares que se subordinam a princípios psicossomáticos que agem, na produção do grafismo, do seguinte modo:

- 1º Mentalização da forma ou EVOCAÇÃO da imagem gráfica (MORFOLOGIA)";
- 2º Planejamento do conjunto gráfico ou IDEACÃO do escrito (GÊNESE);
- 3º EXECUÇÃO (SINERGIA)." (Idem, P.18)

Primeira fase: EVOCAÇÃO.

A escrita é constituída de símbolos (ditos grafemas), onde a fala precede o gesto e este a escrita, em cuja evocação a psique se faz presente, conforme se lê no Prefácio de J. P. Changeux à obra de DEHAENE, S. *Les neurones de la lecture*. Paris: Odile Jacob, 2007

Sabe-se desde Aristóteles que, se o homem é um animal racional, ele é também, por natureza, um animal social que se comunica através da linguagem. Ele soube, desde suas origens, criar uma memória de seus feitos e gestos, de seus símbolos e de seus mitos, de seus saberes e de suas tradições, e de transmiti-la de geração em geração. Desenvolveu uma cultura, ou melhor, culturas. (DEHAENE, 2007, Tradução de Scliar-Cabral, Leonor, p. 001)

Assim, a EVOCAÇÃO está intimamente ligada ao conhecimento que o escritor tem da simbologia a empregar. Na mesma tradução citada anteriormente, *“Dehaene demonstra que no homem, o cultural não pode ser pensado sem o biológico e que o cerebral não existe sem uma impregnação poderosa do ambiente.”* (idem, p.001) Uma cruz ou um círculo são símbolos universalmente conhecidos e, portanto, familiares a qualquer pessoa, porém, letras utilizadas por uma língua são símbolos correspondentes a um código cujo conhecimento restringe-se apenas aos conhecedores do código. Mas o que é uma língua? Segundo Saussure uma língua:

É ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto social de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. (SAUSSURE, 2006, p. 17);

Ou

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso à escrita, ao alfabeto dos surdos mudos, aos ritos simbólicos, etc. (Idem, p. 24);

O objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua. (Idem, p.33);

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos, a única razão de ser do segundo é representar o primeiro (Idem, p.34)

Mais adiante, sobre o prestígio da escrita sobre a língua falada ele diz:

...a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado que o som para constituir uma unidade da língua...(Idem, p.35

E, a respeito do fato de ser a evocação produto da psique depositado em nosso cérebro, acrescenta:

O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem. Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema. (Idem, p. 80);

Portanto, fica clara a necessidade da evocação do signo antes de realizar o esforço muscular empregado na sua realização, o que leva uma pessoa conhecedora do código escrito de uma determinada língua a escrever facilmente

qualquer símbolo dessa língua, enquanto aquele que desconhece o código (não alfabetizado), que tem facilidade de desenhar uma cruz ou até mesmo grafar seu nome evocando apenas a memorização de seu desenho, não o consegue. Sabe-se hoje, devido aos avanços no estudo do cérebro através da IRM Funcional, que a região do cérebro responsável pelo reconhecimento e conseqüente memorização das letras é diferente da região responsável pelo reconhecimento dos desenhos, o que também se pode ver na tradução adaptada por Scliar-Cabral, Leonor da obra de DEHAENE:

Figura 2.5 A ativação da região occipito-temporal esquerda se observa facilmente seja qual for a pessoa que tenha aprendido a ler. Nessa experiência, se apresentam aos participantes duas palavras escritas ou faladas. Eles deverão julgar se essas palavras são idênticas ou diferentes. Entre sete pessoas diferentes, as palavras escritas ativam a região occipito-temporal esquerda numa posição espantosamente reproduzível a despeito da variabilidade dos sulcos do córtex. As palavras faladas, porém, não ativam essa região. (cf. DEHAENE *et cols.*, 2002).

O ponto comum de todas essas situações poderia ser solicitar as imagens das letras a partir da fala". Uma ativação retrógrada tomaria as vias da leitura no sentido inverso da subida normal da informação. Exceto essas condições particulares, a região occipito-temporal ventral não é ativada senão quando se lhe apresentam palavras escritas e nunca palavras orais.

Essa região interessa, pois, à análise visual das palavras. Contudo, uma questão se coloca: trata-se de uma região de qualquer modo capaz de tratar de qualquer objeto visual? Ou ela é especializada somente para a leitura? Aí, também a resposta é surpreendente: uma parte dessa região responde de preferência às palavras, mais do que a numerosos outros estímulos visuais; e, de novo, essa preferência é universal e apresenta entre todos os indivíduos o mesmo local no cérebro.

Tudo se passa como se existisse no seio dessa região uma divisão de trabalho. O reconhecimento das casas e das paisagens apela para as regiões ventrais mais próximas da linha central que separa os dois hemisférios. DEHAENE, 2007, p. 54 da tradução de SCLIA-CABRAL, 2008)

A segunda fase é a IDEIAÇÃO ou GÊNESE.

Esta é a fase da concepção ou criatividade, relacionadas à capacidade de evocação e ao senso estético do autor. A evocação, como já vimos, é a capacidade de invocar o conhecimento que o escritor tem da simbologia a empregar e o senso estético, é o responsável pela concepção e planejamento do escrito. À medida que cresce essa capacidade, também aumentam as possibilidades de aprimoramento do planejamento e concepção apresentados pelo escrito. É em função desse

planejamento que uma palavra pode apresentar-se em um ou mais momentos morfogenéticos. Um punho mais desenvolvido, (alfabetizado) tende a produzir uma escrita mais criativa na qual a alternância de momentos gráficos e momentos negativos em um mesmo movimento morfogenético flui; noutra menos desenvolvido (analfabeto que “desenha” o nome), a tendência é produzir uma escrita em vários movimentos morfogenéticos, uma vez que sua dinâmica atua mais com comando da pressão do que com a progressão. A atenta observação desses detalhes permite perceber quando um escrito possui concepção própria ou quando se apresenta sob influência do modelo que recebeu, bem como perceber na peça sob exame, se se trata de uma execução do mesmo punho da peça testemunha, ou se se trata de uma falsificação.

A terceira fase é a EXECUÇÃO ou SINERGIA.

Evocado o código e planejado o escrito, o cérebro emite ordens a fim de que o órgão (mão, pé ou boca) que porta o instrumento escritor gere os movimentos que produzem o grafismo. É nesta fase que o grau de familiaridade do escritor com o gesto gráfico se torna evidente em relação à sua capacidade de evocação e ideação.

A sinergia se completa com a dinâmica constituindo a etapa final.

É a conjugação dessas três fases que, processadas numa relação de causa/efeito, tornam o gesto gráfico num gesto ídeo-motor também chamado morfogênese.

Devem-se respeitar essas fases no exame de um escrito, o que pode ser feito fase a fase, ou conjuntamente, já que cada uma delas apresenta características próprias.

2.1.4.2.2 Leis

Como já vimos no histórico da grafoscopia, Solange Pellat, notável estudioso do assunto, produziu as “LEIS DO GRAFISMO”. Tais leis, ditas “Pellat” são assim enunciadas:

PRINCÍPIO GERAL – As leis do grafismo independem dos alfabetos empregados. (PELLAT, E. S. *apud* BASÍLIO, M; 2009, p.2)

Este princípio geral é perfeitamente válido, uma vez que para a análise de uma grafia se faz necessário o estudo do traço e não da forma das letras empregadas.

PRIMEIRA LEI: O gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro. Sua forma não é modificada pelo órgão escritor se este funciona normalmente e se encontra suficientemente adaptado à sua função. (Idem, p. 2)

Sendo o cérebro o principal responsável pelas três fases da produção do grafismo, diretamente nas duas primeiras e indiretamente na última, desde que o sistema neuro-muscular apresente-se em perfeitas condições, ele produzirá escritos sempre com as mesmas características.

Se houver alteração em uma dessas fases, haverá reflexos na produção do escrito, bem como, se houver dificuldade de adaptação do escritor ao instrumento escritor, ou ainda por problemas no suporte, (má posição, irregularidades, tremores, etc.) poderá haver modificações no escrito.

Esta lei é comprovada no caso dos ambidestros, cujas características fundamentais se apresentam independentemente do membro utilizado, fenômeno também verificado nos mutilados, ou nos com membro temporariamente incapacitado, os quais, após breve adaptação, repetem as características apresentadas pelo órgão escritor substituído.

SEGUNDA LEI: Quando se escreve, o 'eu' está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o 'eu' age passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento. Ele está no seu máximo de intensidade onde existe um esforço a fazer, isto é, nos inícios, e no seu mínimo de intensidade onde o movimento escritural é secundado pelo impulso adquirido, isto é, nas extremidades. (Idem.p.2)

Enquanto a lei anterior se refere à vinculação do gesto gráfico ao comando do cérebro, esta se refere à subordinação da terceira fase da produção do grafismo (Sinergia) às duas anteriores (Morfologia e Gênese).

Não obstante o momento da execução seja a reprodução do planejado por intermédio da Evocação e da Ideação, o gesto gráfico assim executado sofre, involuntariamente influências da atenção, das emoções e da higidez física do

escritor. Em conseqüência a alternância de intensidade descrita na lei e que corresponde à Dinâmica empregada, tem relação direta com o estado de atenção ou desatenção no ato da escrita.

Isso se observa facilmente nos punhos adultos, cuja grafia requer atenção somente na execução daqueles momentos menos familiares e é quase automatizada nos demais. Nos demais estágios gráficos a presença da atenção relaciona-se diretamente segundo o maior ou menor grau de evolução do escritor.

TERCEIRA LEI: Não se pode modificar voluntariamente em um dado momento sua escrita natural senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação. (Idem.p.2)

Essa lei é conseqüência das anteriores. Observando-se, na produção do grafismo, as suas três fases, a interferência de ação dolosa representa uma violência que, inevitavelmente ficará registrada no traço, traduzindo-se em paradas, tremores, indecisões e claudicações, o que a torna diretamente relacionada com as falsificações, inclusive as auto-falsificações, e é a observância dessas particularidades, dentre outras, que denunciam a fraude.

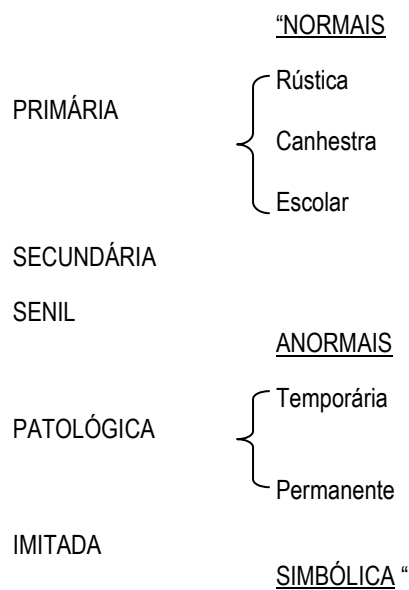
A presença da atenção no ato a escrita não ocorre ao acaso, manifesta-se sempre que surge uma dificuldade, de Morfologia ou de Gênese, o que, conseqüentemente costuma comprometer a Dinâmica e a Espontaneidade do punho, tornando impossível ao falsário atender simultaneamente a todas as particularidades apresentadas pelo grafismo que está sendo imitado.

QUARTA LEI: O escritor que age em circunstâncias em que o ato de escrever é particularmente difícil, traça instintivamente ou as formas de letras que lhe são mais costumeiras, ou as formas de letras mais simples, de um esquema fácil de ser construído. (Idem. P .2)

Trata-se da “lei do menor esforço” nas atividades humanas que leva o escritor a adaptar o gesto gráfico diante das dificuldades apresentadas. Essa lei alcança todos os estágios das idades gráficas, mesmo por que as dificuldades ocorrem em qualquer uma das três fases do grafismo.

Esta lei tem aplicação bastante prática no exame de falsificações, pois as dificuldades encontradas pelo fraudador levam-no, por fadiga, á produção de traçados que lhe são característicos, fugindo do traçado a ser imitado.

2.1.4.2.3 Idades gráficas



(BANCO DO BRASIL, 1975, p.25)

A idade gráfica constitui-se pela cultura gráfica mais o estado psicossomático do escritor e define a qualidade de um escrito. Sua classificação se dá em função das capacidades de evolução, ideação e execução do escritor.

Assim, classificam-se as idades gráficas dos escritores em dois grupos: as normais e as anormais,

2.1.4.2.3.1 – Normais

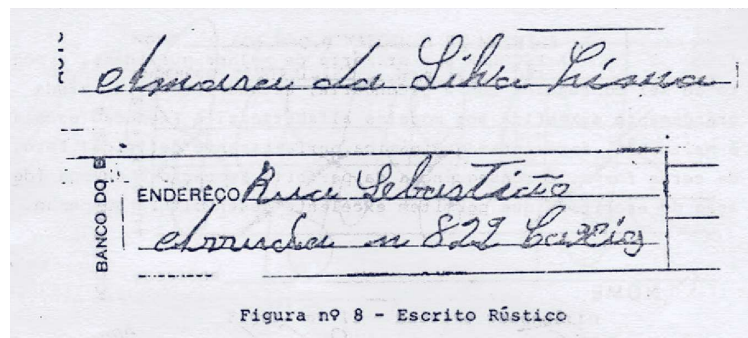
Este grupo é constituído pela escrita que apresenta desenvolvimento natural e subclassifica-se em primária, secundária e senil.

2.1.4.2.3.1.1 – Primária

É o primeiro estágio da cultura gráfica e constitui-se por três estágios: rústica canhestra e escolar.

2.1.4.2.3.1.1.1 – Rústica

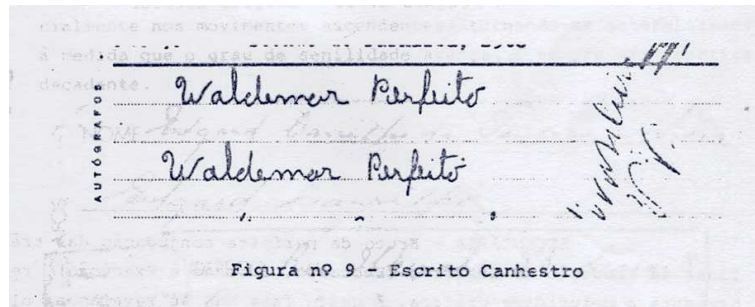
Apresenta grandes deformações decorrentes de execução (deformação caligráfica).



(Idem, p. 27)

2.1.4.2.3.1.1.2 – Canhestra

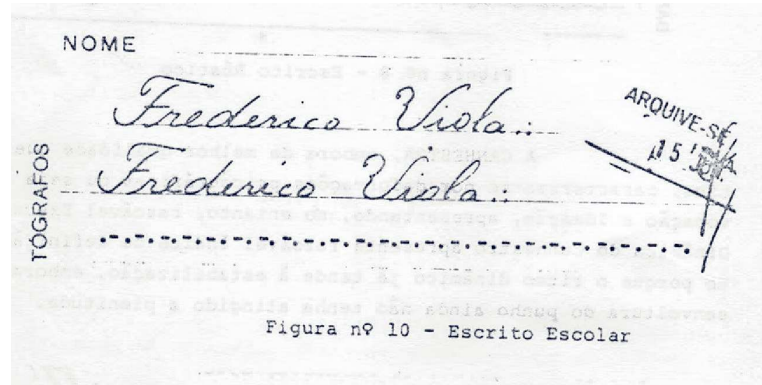
De melhor qualidade que a rústica, apresenta somente problemas de evocação, ideação, (deformações psicográficas). Sua dinâmica apresenta razoável execução pois seu ritmo dinâmico já tende à estabilização, embora seu punho ainda não tenha atingido desenvoltura plena



(Idem, p. 27)

2.1.4.2.3.1.1.3 – Escolar

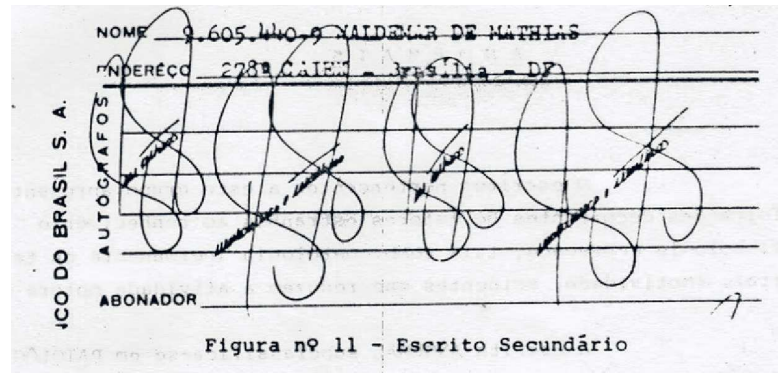
Das escritas primárias, é a de melhor qualidade, facilmente confundida com a secundária, todavia, está ainda submetida a modelos caligráficos alfabéticos. De execução muito boa e dinâmica desenvolvida caracteriza a perfeita evocação e boa ideação do escritor, que permitem uma boa desenvoltura de punho, mas ainda sem comportamento criativo.



(Idem, p. 28)

2.1.4.2.3.1.2 – Secundária

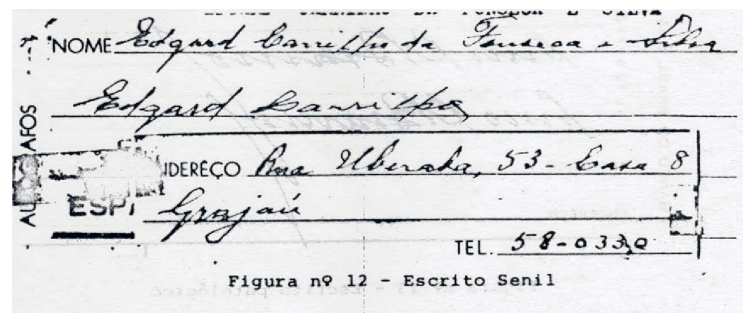
Esta escrita representa a maturidade gráfica e é consequência da conjugação das três fases da produção do grafismo: evocação, ideação e execução, e revela, na plenitude da sua constituição, os elementos de dinâmica e gênese que caracterizam e individualizam o escrito, agora liberto da rigidez formal dos símbolos alfabéticos, apresentando grande criatividade e personalidade própria.



(Idem, p. 29)

2.1.4.2.3.1.3 - Senil

Quando a energia vital diminui em função da idade, há uma diminuição no tempo de resposta dos elementos motores aos impulsos cerebrais, o que provoca alterações nos movimentos voluntários e involuntários (deformações caligráficas), inicialmente nos movimentos ascendentes e após isso se generalizando nos demais elementos a medida que a senilidade avança.



(Idem, p. 29)

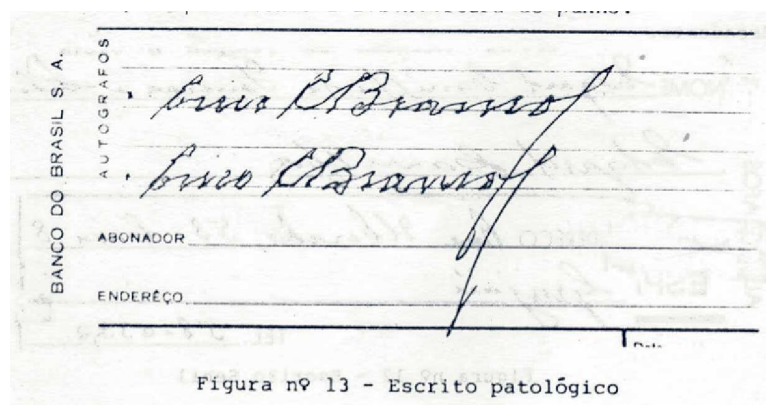
2.1.4.2.3.2 – Anormais

A escrita agrupada como anormal apresenta deformações estranhas ao conhecimento e cultura gráfica do punho escritor, decorrente de patologia (permanente ou temporária), emotividade, acidentes que influenciam na atividade motora, etc.

Subclassifica-se em PATOLÓGICA e IMITADA.

2.1.4.2.3.2.1 Patológica

A escrita patológica (temporária ou permanente) resulta em alterações decorrentes da saúde deficiente do autor, em falhas em uma das fases da produção do grafismo ou em todas elas conjuntamente. Também se incluem nesse subitem os escritos que apresentam deformações decorrentes de estados emocionais, os quais influenciam negativamente a capacidade de evocação ou ideação do escritor, ou ainda as decorrentes de acidentes que prejudicam a atividade motora e comprometem a desenvoltura do punho escritor.



(Idem, p. 30)

2.1.4.2.3.2.2 Imitada

Incluem-se nesse grupo as assinaturas produzidas por analfabetos e semi-analfabetos que reproduzem assinaturas a partir de um modelo feito por outrem e alguns tipos de falsificações

A escrita dos analfabetos, não é resultante de sua criatividade, mas daquele que produziu o modelo que ele, em blocos, reproduz, ao contrário da escrita do alfabetizado que é produzida símbolo por símbolo. Por isso ela reflete menos sua ideação e mais a do original reproduzido. Quanto à qualidade da execução, a assinatura do analfabeto depende do grau de exercício a que foi submetido o punho para produzi-la. Se já foi atingida a faixa em que o planejamento gráfico se encontra gravado na memória, o punho poderá produzir uma firma com razoável grau de desenvolvimento.

Dentre tipos de falsificação incluídos nesse grupo, a falsificação por imitação servil é o mais pobre dos processos: o falsário, fiel a um modelo, o reproduz no documento que está forjando. Em consequência, a assinatura assim imitada

apresenta uma anormalidade, em função de apresentar evocação e ideação secundárias e execução primária, enquanto num punho normal todas as três fases da produção do grafismo se apresentam niveladas.

Como conseqüência desse fato, além do lançamento ficar moroso, arrastado, apresenta paradas do instrumento escrevente em sítios que no modelo não ocorrem. Para realizar alguns movimentos, o falsário vacila, resultando um traço hesitante e trêmulo pois a tarefa de copiar um lançamento não é fácil. Depois de cada gesto produzido, o falsário é obrigado a parar e olhar o modelo, voltando a fazer outro trecho do lançamento.

A comparação do produto de uma imitação servil com a assinatura legítima mostra flagrante diferença na qualidade do traçado e grande discrepância dos elementos genéticos.

Tanto o analfabeto quanto o falsário tentam reproduzir o original que serve de matriz. Ocorre que, quanto mais se aproximam do padrão ideal do original copiado, mais se afastam do seu próprio padrão.

Este é o tipo mais perigoso e difícil de falsificação. O falsário se apossa de um modelo autêntico e, depois de cuidadoso treino o reproduz. Dependendo da habilidade do falsário, ele consegue um lançamento mais ou menos veloz. O confronto de uma falsificação exercitada com o modelo mostra relativa coincidência na qualidade do traço, mas discrepâncias nos elementos genéticos. Quanto aos elementos formais, pode haver certas semelhanças, sobretudo nos gestos mais aparentes.

Interessante acrescentar alguns fatos gráficos que, embora possam parecer ao leigo indicadores de falsidade, denotam justamente o contrario, dentre os mais comuns são:

- a) a utilização de instrumento gráfico defeituoso – o falsário usa instrumentos gráficos em boas condições, que não lhe dificultem a delicada tarefa de imitar grafismos estranhos. Assim, quando os defeitos derivam das condições precárias do instrumento, haverá grande probabilidade de a escrita ser autêntica;
- b) tintas quase apagadas, ou muito pastosas – o falsificador não gosta de chamar a atenção sobre seu trabalho, por isso, busca

- imprimir aspecto normal à escrita, não reclamando para ela esforço maior de leitura;
- c) instrumento gráfico e tintas extravagantes – a utilização de tinta vermelha, ou de lápis, não se justifica em alguns documentos. Revela descuido, quase inadmissível no trabalho de um falsário;
 - d) borrões e borraduras – são inadmissíveis no trabalho de falsário, por isso são praticamente inexistentes em um trabalho fraudulento;
 - e) retoques ostensivos, recoberturas descuidadas – se esses acréscimos são necessários, denotam autenticidade. No caso de falsidade são desnecessários, pois fogem do *modus/operandi* dos falsários, no qual, como já se esclareceu, predomina o espírito de não chamar a atenção, ou o de mascarar a fraude, o quanto possível;
 - f) repetição inútil da firma – não havendo necessidade, dificilmente uma assinatura seria repetida por um falsário; indicações como cruzetas ou ponto do lugar onde assinar denotam autenticidade – em regra, o falsário sabe bem onde assinar, sem precisar de indicação;
 - g) firmas em lugares impróprios – também denotam autenticidade, pois os falsários normalmente sabem onde apor a assinaturas, não as colocando em pontos inadequados.

2.1.4.2.3.2 – Simbólica

Há subscritores que ignoram o alfabeto, e, muitas vezes, suprem essa deficiência reproduzindo símbolos universalmente conhecidos, tais como cruzes, círculos, signo de Salomão, e outros. Esse tipo de signo não chega a constituir uma idade gráfica autônoma, pois a escrita assim constituída tem sua qualidade relativa em função das capacidades de evocação, ideação e execução do escritor, como na escrita imitada, porém, diferindo desta, em função de que, na escrita simbólica a criatividade é própria, enquanto na imitada é alheia.

2.1.5 Normas para Conferência de Assinaturas

Os primeiros exames efetuados em assinaturas, chamados de superfície, buscam o estado de sua estrutura pictórica, seus efeitos e qualidades, e o estado do suporte onde está a imagem e são realizados a olho nu. Se houver indícios de falsidade, porém, o exame é efetuado usando-se uma lente de aumento ou então, se disponível, um aparelho específico: o espectrógrafo, também chamado documentoscópio.

Espectrógrafo é o equipamento que realiza um registro fotográfico de um espectro luminoso. Existem diversos tipos destes aparelhos, os de física, destinados a medir a espectrofotogrametria ou espectroscopia de feixes luminosos visíveis ou não; os de astrofísica, similares aos primeiros, cuja energia luminosa medida é de origem estelar; os de química, divididos em dois tipos, de chama, que faz a medição de elementos com testes destrutivos de amostras, o de absorção atômica por feixe luminoso (não destrutivo de amostra), este ainda dividido em diversos tipos; os principais são: *o de geração de energia luminosa por lâmpada de arco voltaico, geração de energia luminosa por lâmpada de filamento e o de geração de energia luminosa por lâmpada de vapor de deutério*. Não podem ser excluídos também os espectrógrafos de absorção atômica a Laser, além de outros não citados utilizados em análises clínicas e físico-químicas (WIKIPEDIA, 2010)

Dentre os diversos tipos de espectrógrafo, particularmente no caso de exame de assinaturas, é utilizado o de geração de energia luminosa, destacado na citação acima. E o exame é efetuado submetendo o espécime sob exame aos diversos feixes de luz de que o aparelho dispõe. Nesse tipo de exame há que haver um método de exame do grafismo, objetivando disciplinar e ordenar as observações constatadas tendo em vista a estabelecer uma conclusão sobre a veracidade ou falsidade da firma sob análise.

O método constitui em agrupar as características gráficas sob três aspectos: geral, particular e particularíssimo. As normas para cada um desses aspectos que alinhamos a seguir, permitem uma imediata classificação do espécime sob exame, impõe disciplina à observação e ordena o raciocínio, dessa forma, facilitando uma conclusão racional.

2.1.5.1 Aspecto geral

Subdivide-se em dois pontos de observação: cultura gráfica e espontaneidade

2.1.5.1.1 Cultura Gráfica

Para estabelecer a cultura gráfica do punho deve-se estudar a idade gráfica do escrito sob exame. Ao falsificar-se, por exemplo, uma assinatura rústica por um punho de alta cultura gráfica, o exame atento identificará as passagens em que o falsário deixará evidente sua alta cultura gráfica.

2.1.5.1.2 Espontaneidade

Traduz a naturalidade com que é produzido o escrito e relaciona-se com a idade gráfica que deve estar adequada à cultura gráfica do punho. A sua verificação se realiza pelo exame do maior ou menor grau de firmeza apresentado pelos traços. Um traço de punho rústico apresentará naturalmente tremores que o caracterizam como rústico e que um punho desenvolvido como é normalmente o dos falsários não consegue reproduzir. Por outro lado, um punho de alta cultura gráfica apresentará traços predominantemente dinâmicos que, mesmo um pulso de iguais características, porém com uma gênese diversa também não conseguirá reproduzir nos mesmos locais em que o autor original os apresenta.

2.1.5.2 Aspecto particular

Subdivide-se em dois pontos de observação: ataques e remates.

2.1.5.2.1 Ataques

Ataque é a parte inicial do momento gráfico, o momento em que o instrumento escritor encosta no suporte e dá início ao traço. Em função da dinâmica empregada pelo punho podemos classificá-lo em apoiado, sem apoio e infinito:

2.1.5.2.1.1 Apoiado

Nesse tipo de ataque, a pressão precede a progressão deixando no local um pequeno depósito de tinta (satélite). Constitui esse tipo de ataque característica de punhos de baixa cultura gráfica ou com decadência acentuada

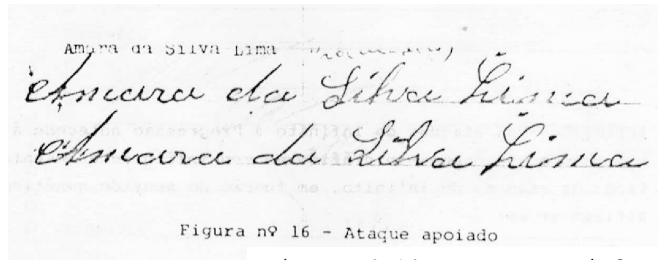


Figura nº 16 - Ataque apoiado

Figura nº 14 - Ataque apoiado

(BANCO DO BRASIL, p. 35)

2.1.5.2.1.2 Sem apoio

Nesse tipo, o ataque do momento gráfico coincide com o momento morfogenético, ou seja, as duas forças pressão e progressão quando começam a atuar o fazem no suporte simultaneamente, o que caracteriza um traço de espessura e tonalidade uniformes observadas no início do momento gráfico.

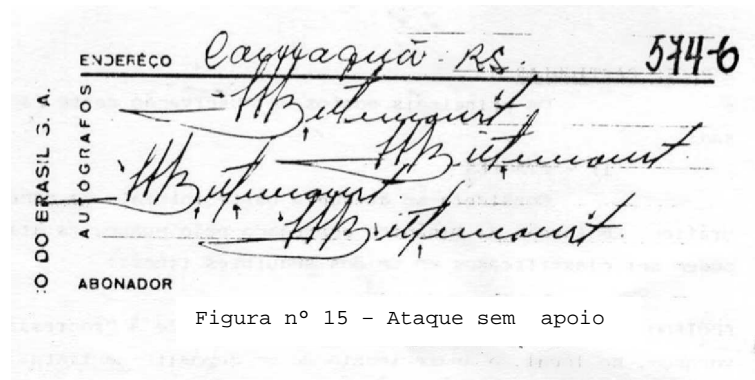


Figura nº 15 - Ataque sem apoio

(Idem, p. 36)

2.1.5.2.1.3 Infinito

Nos ataques do infinito, a progressão antecede a pressão. É como se o instrumento escritor viesse do infinito, planando sobre o suporte e o ataca com velocidade. Em conseqüência o momento gráfico inicial apresenta-se ora afilado...

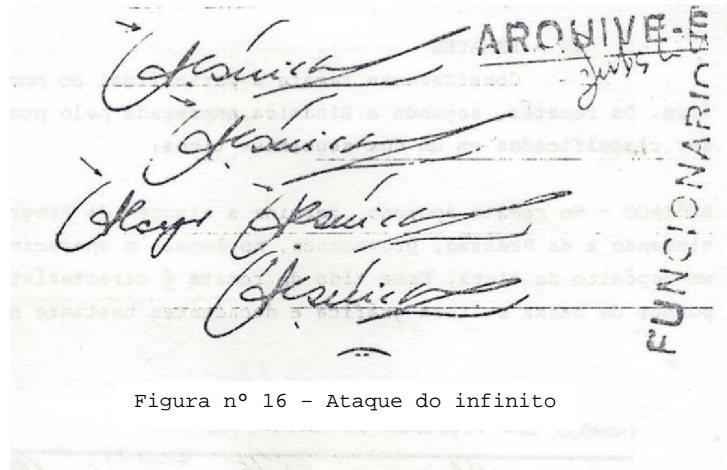


Figura nº 16 - Ataque do infinito

(Idem, p. 37)

...ora em forma de arpão, ocasião em que o traço inicia-se no infinito e muda bruscamente de percurso ao tocar o suporte, produzindo uma figura com essa característica:

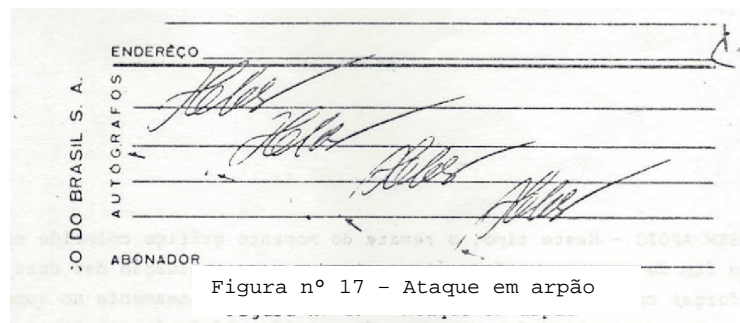


Figura nº 17 - Ataque em arpão

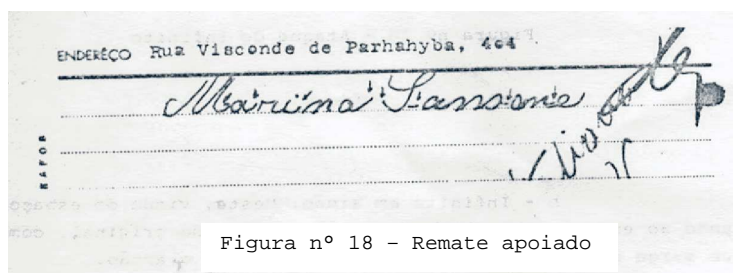
(Idem, p. 37)

2.1.5.2.2 Remates

Caracteriza o remate a parte final do momento gráfico. Também os remates em função da dinâmica empregada pelo punho, podem ser classificados nos seguintes tipos:

2.1.5.2.2.1 Apoiado

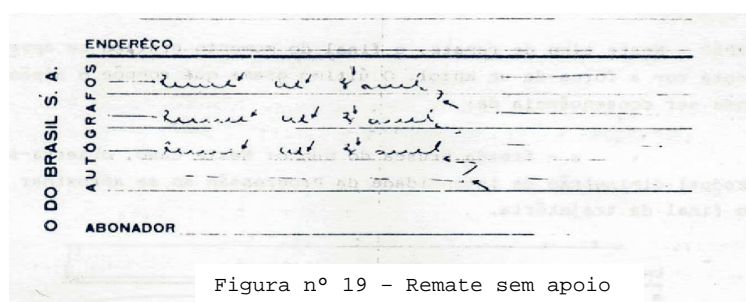
O remate apoiado apresenta o término da progressão e continuação da pressão, deixando no local um pequeno depósito de tinta (satélite). Constitui esse tipo de remate característica de punhos de baixa cultura gráfica ou com decadência acentuada.



(Idem, p. 38)

2.1.5.2.2.2 Sem apoio

Nesse tipo, o remate do momento gráfico coincide com o momento morfogenético, ou seja, as duas forças pressão e progressão finalizam sua atuação no suporte simultaneamente, o que caracteriza um traço de espessura e tonalidade uniformes observadas no início do momento gráfico.



(Idem, p. 39)

2.1.5.2.2.3 Em fuga

No remate em fuga, cessa no suporte a atuação da pressão continuando no espaço apenas a progressão. Dessa maneira o final do traço apresenta-se afilado ou em arpão, ocasionado por uma freada brusca no movimento do punho ou quando há uma renovação do impulso, em que se observa gradual aumento da progressão ao aproximar-se o final da trajetória quando então o pulso muda bruscamente de direção.

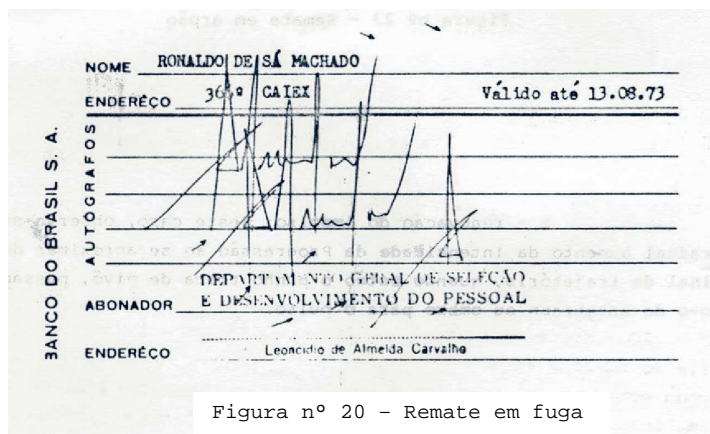


Figura nº 20 - Remate em fuga

(Idem, p. 39)

2.1.5.3 Aspecto Particularíssimo

O aspecto particularíssimo requer um exame acurado e minucioso do grafismo. Em outros termos estuda a manifestação gráfica a partir de suas causas geradoras, ou seja, a gênese e a dinâmica. Em suma, o aspecto particularíssimo cuida da análise da produção gráfica a partir do comportamento genético e dinâmico.

No exame da Dinâmica já descrita em capítulo próprio, tem-se que observar minuciosamente os aspectos de claro/escuro observados na escrita, que identificam as passagens com comando da progressão/pressão, respectivamente.

Uma assinatura genuinamente produzida tem seu início e término caracterizado por um traçado rápido e seguro. Porém, quando há a reprodução de uma assinatura alheia, tal rapidez não consegue ser atingida, em consequência o traçado aparece claudicante e trêmulo, como se pode ver abaixo num exemplo de assinatura original (a) e falsa (b):



Figura nº 21 - Assinatura com traçado trêmulo

(Fonte: BURSZTYN, V.S., 2008, p. 6)

No exame do traçado verifica-se o planejamento que o autor dá à escrita, o que caracteriza a existência de momentos morfogenéticos inconfundíveis que se podem verificar na assinatura original (a), e que não é facilmente reproduzível numa assinatura forjada, (b)

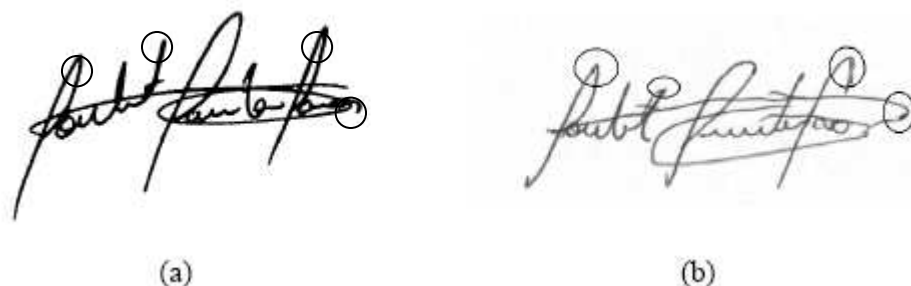


Figura nº 22 - Momentos morfogenéticos

(Fonte: Idem, p. 6)

Já no exame da Gênese, por se tratar da parte mais fundamental do estudo do grafismo, igualmente descrita em capítulo próprio, devem ser observados os aspectos: planejamento, sentido, tendência e concepção.

Portanto, se bem analisado um grafismo, nota-se que as características por ele apresentadas e classificadas nos aspectos geral – gênese e dinâmica – ou particular – ataques e fugas – têm neles sua causa, sua origem.. Por esse motivo, tais aspectos assumem fundamental importância no exame sob o aspecto particularíssimo.

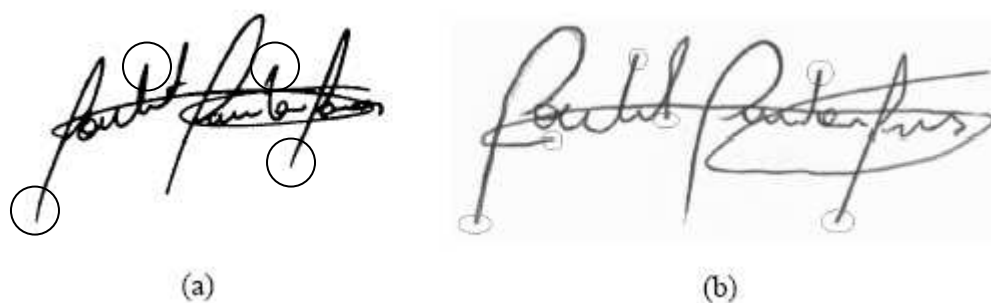


Figura nº 23 - Ataques e Fugas

(Fonte: Idem, p. 6)

2.2 Grafoscopia Digital

2.2.1.1 Introdução

Hoje em dia, os sistemas de informática preocupam-se sobremaneira com a autenticação de usuários, ou seja, a garantia de que a pessoa que está tentando acessar o sistema é realmente quem diz ser. O mais usual é a identificação através de senhas alfanuméricas, as quais são memorizadas pelos usuários cadastrados e mantidas em sigilo. Apesar de ser o sistema de identificação mais usual na atualidade, esse sistema apresenta vulnerabilidades de segurança, pois as senhas podem cair em mãos erradas e ameaçar a segurança do sistema.

Em decorrência dessas ameaças, a autenticação de usuários de sistemas de informação através da biometria vem sendo cada vez mais utilizada. A biometria é a utilização de características biológicas (face, íris, impressão digital) ou tratamento comportamental (assinatura e voz) para a verificação da identidade do indivíduo.

Biometria é o uso automatizado de características fisiológicas ou comportamentais dos seres humanos para determinar ou verificar identidade. Uso Automatizado porque nas tecnologias biométricas, computadores e periféricos determinam a identidade através da leitura de características fisiológicas ou comportamentais, digitalização dessas informações e comparação com registros armazenados. Como o processo é automatizado é possível comparar milhares de registros por segundo e nenhuma intervenção humana é requerida. Os seres humanos possuem uma quantidade grande de características que podem ser avaliadas em conjunto ou separadamente para determinar a identidade. Exemplos de características fisiológicas: impressões digitais, face e íris. Exemplo de características comportamentais: assinatura e voz. (CANEDO, 2010, p.1)

A identificação biométrica é entendida como uma alternativa, mais confiável, do que os sistemas de segurança baseados em senha, pois é relativamente difícil de ser falsificada, roubada ou obtida.

Além de características biométricas físicas, também podem, e vêm sendo utilizadas na autenticação de usuários características comportamentais, como as assinaturas manuscritas. A assinatura, dentro desse entendimento, pertence a uma classe única e diferenciada. Ao contrário da face, da íris, da retina, da impressão digital ou mesmo da voz, uma assinatura manuscrita não possui qualquer vínculo

físico com a biologia do seu autor. Há apenas uma relação exclusivamente comportamental e, de certa forma, cultural ligando essa espécie de código ao seu usuário, que apresenta, ainda, vantagens em relação às demais. A primeira delas é que uma assinatura não pode, de forma trivial ser reproduzida. Uma outra vantagem é que esse é um meio usualmente utilizado pelas pessoas em transações de valor, o que torna, de certa maneira os usuários mais confortáveis e seguros com relação ao seu uso.

2.2.1.2 Reconhecimento de assinaturas

Existem dois tipos de sistemas de verificação digital de assinaturas que variam de acordo como a forma de aquisição dos dados: sistemas de verificação off-line onde os sistemas têm acesso apenas às imagens digitalizadas – Assinatura Estática – e sistemas de verificação on-line, cujos dados são capturados dinamicamente através de dispositivos sensíveis a pressão – Assinatura Dinâmica

O método de verificação por Assinatura Estática é baseado na identificação pessoal pela biometria comportamental aplicado em imagens digitalizadas de assinaturas feitas em uma folha de papel e constitui *“uma ferramenta semi-automática de auxílio ao perito grafoscópico, possibilitando a análise de uma assinatura manuscrita através de um software, Gênese, de apoio à decisão”*.(ARANTES R. K. da C., 2009, p. 1) ou ainda conforme Bursztyn, 2008, uma ferramenta que usa um artifício de inteligência artificial obtido através da formulação de um algoritmo computacional alimentado com os dados digitalizados e que constitui o sistema que realiza a autenticação.

Já no método por Assinatura Dinâmica que também é considerado como um método biométrico tipo comportamental, sua grande diferença em relação a assinatura estática consiste na presença de informação dinâmica (ou temporal) do processo manuscrito. A assinatura é feita diretamente sobre um dispositivo de *hardware*, como uma mesa digitalizadora ou um *tablet* (figura 1), ou ainda em um computador do tipo *handheld* que permite a escrita diretamente sobre uma tela sensível.



Figura nº 24 - Exemplo de um *tablet*

(Fonte: HEINEN & OSÓRIO, 2004, p. 2)

Ambos os métodos utilizam-se de dados que são processados após a aquisição dos dados e que variam conforme os métodos empregados, mas que mantêm similaridade com os dados levados em conta na perícia grafoscópica tradicional (efetuada por peritos da área criminalística).

O método idealizado por Heinen & Osório (2004) utiliza *Inteligência Artificial e Aprendizado de máquina*. Num aprendizado de máquina devem-se identificar a tarefa a ser aprendida, a medida de performance e a fonte da experiência. No caso do reconhecimento de assinaturas, o que deve ser aprendido é como classificar, de forma correta, uma assinatura verdadeira ou falsa. Para que ocorra o aprendizado é necessário um conjunto de dados com exemplos de padrões a respostas esperadas. Os dados são obtidos através de um modelo abstrato e simplificado dos neurônios humanos chamado Rede Neural Artificial (RNA) que é alimentado segundo o modelo mostrado na figura 25:

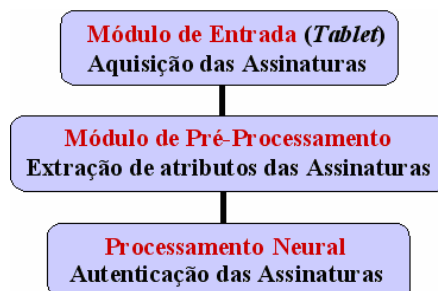


Figura nº 25: Módulos do sistema RNA

(Idem, p. 3)

No módulo de pré-processamento são realizados ajustes visuais de posição e de escala que ocorrem entre assinaturas de uma mesma pessoa. Também são extraídos os seguintes atributos: Tempo de duração da assinatura, número de vezes que a caneta tocou o *tablet* (momentos morfogenéticos), velocidade média (dinâmica), número de trocas de sentido (grama) e densidade (pressão). Esses dados alimentam uma grade composta de células e para cada célula é calculada uma densidade de pontos que são apresentados em tons mais claros ou mais escuros. No módulo de processamento neural, a partir do valor dos atributos fornecido, é realizada a classificação dizendo se a assinatura é original ou forjada. Nos resultados obtidos a média de acertos ficou em 99,86%

Já ARAÚJO et. al. (2006) utilizam as variáveis: velocidade média da escrita (dinâmica) número de vezes em que a caneta se afasta e duração total da caneta em contato com o *tablet* (momentos morfogenéticos) e número de pontos registrados (pressão). Seu método obtém taxas de acerto entre 94,37 e 97,46%

Por sua vez BURSZTYN (2008), que obtém os dados através de digitalização de assinaturas por meio de um *scanner* tradicional, utiliza as seguintes primitivas:: densidade de *pixels* (pressão), centro de gravidade, pontos de pressão, início e fim abruptos(ataques e remates), segmentos com tremor (dinâmica), inclinação axial e curvatura (grama) e as transforma em *pixels* que alimentam células, ao final do que é efetuada a contagem de quantos *pixels* pretos existem sobre toda a área (m, n) da mesma. A imagem precisa estar limiarizada em preto ou branco, ou seja, de forma binária. Para a tomada de decisão final, é utilizado um artifício de inteligência artificial chamado *rede neural*, que opera em cima do conjunto de similaridades calculadas usando o método da distância euclidiana. Esse conjunto de similaridades é, por sua vez, computado sobre os vetores característicos de cada primitiva. A rede neural é capaz de aprender, a partir de um conjunto base de assinaturas, quais vetores são próprios do autor genuíno. Desse modo, ela é também capaz de comparar uma nova entrada de vetores com as características genuínas e classificá-la (a entrada) como falsa, verdadeira ou inconclusiva.

2.2.1.3 Decisão

A uma solução computacional apresentada neste capítulo analogamente à visão do perito na análise de assinaturas questionadas fornece uma visão clara de todas as etapas que envolvem o processo de verificação de assinaturas. A mesma baseia-se nos mesmos princípios da decisão pericial na análise grafotécnica, quando da análise de uma assinatura questionada, conforme seção 2.5. Geralmente no procedimento executado pelo perito grafotécnico, um conjunto de comparações é realizado – aspectos geral, particular e particularíssimo. – nas assinaturas genuína (referência) e questionada. No método proposto, cada amostra genuína conhecida (referência) é comparada com amostras de assinaturas questionadas. Para este propósito, um conjunto de assinaturas genuínas é usado como referência ou modelo, no processo comparativo, com o objetivo de produzir uma decisão final. O sistema proposto combina todas as saídas de classificação em uma regra de decisão baseada praticamente nos mesmos princípios: momentos morfogenéticos, dinâmica, pressão, ataques e remates, grama, etc., que compõem os parâmetros da análise grafotécnica executada por perito.

Nas últimas décadas, redes neurais têm sido usadas extensivamente na área de reconhecimento de padrões, em específico na verificação de assinaturas e os resultados obtidos em Santos (2004) ficam entre 93,6% e 90,5% de acerto, e segundo Lee (2008) em: 95,3% de acerto.

Finalmente, as assinaturas manuscritas são os códigos biométricos usados há mais tempo e sua análise se faz presente na atualidade e ainda terá lugar no mercado da “biometria” por um longo tempo. Sua área de aplicação tradicional: mercado imobiliário, mercado bancário e agora a área da informática, uma vez ser a assinatura um código biométrico passível de ser enviado para autenticação, por processos *off-line* por simples escaneamento ou *on-line* utilizando equipamentos facilmente acessíveis, enquanto que uma íris, uma retina ou uma impressão digital, não.

2.3 Uso de tinta com DNA em assinaturas

A falsificação de assinaturas, cheques, testamentos, obras de arte e outros documentos pode estar com os dias contados: dois argentinos, o médico

legista Rubén Simonetta – um dos fundadores da Sociedade Argentina de Genética Forense - juntamente com o seu colega Juan Carlos Jaime, com quem também divide a direção do Centro Integral de Genética Aplicada inventaram uma tinta invisível e inalterável, com moléculas encapsuladas do DNA da pessoa que vai utilizá-la, que deve ser aplicada sobre qualquer papel ou elemento suscetível de ser adulterado.

As moléculas de DNA, que determinam características hereditárias como a cor dos olhos e do cabelo, constituem uma espécie de impressão digital, pessoal e única, diz-se ser "muito simples" o método de fabricação dessa tinta cujo material genético, que depois é processado mediante uma técnica denominada PCR (reação em cadeia da polimerase), é obtido através de uma simples extração sem dor de células da bochecha.

Tipificamos os genes e escolhemos qual deles vamos utilizar. Sempre usamos uma porção distinta como codificador genético, o que torna ainda mais difícil sua falsificação. Uma vez determinado o gene a ser utilizado, são produzidas cópias que são vertidas na tinta que o usuário quer aplicar sobre aquilo que pode ser adulterado, (SIMONETTA, 2002)

A comprovação da presença de DNA nessa tinta, em caso de dúvidas sobre um documento ou outro elemento suscetível de falsificação, é efetuada sem grandes investimentos, pois basta um teste, como os hematológicos, em qualquer laboratório médico.

2.4 Uso semiótico da assinatura (Assinatura em obras de arte)

2.4.1 Localização

Particularmente na pintura, nos quadros artísticos é destinado um lugar à parte à assinatura, na margem, como uma representação do nome próprio, pois a escrita desenhada, como representação de letra, não deixa, por isso, de ser rasto de um gesto, uma marca de autoria.. É que a caligrafia, como prática, alia o gesto de desenhar ao gesto de designar o nome próprio, fazendo da escrita a sua própria representação em desenho. A escrita adquire esse valor intrínseco de ser imagem

de si mesma. Na pintura a escrita adquire essa função semiótica que abrange precisamente a assinatura, *incrustada*, fazendo dela a própria imagem pictórica. De outro modo, se a assinatura acaba por assumir no interior da representação não só a simples representação do nome próprio, mas o próprio nome como marca do sujeito da enunciação, ela cunha então um espaço bidimensional não coincidente com o espaço pictórico, sujeito às leis da perspectiva, por exemplo. Dessa forma, no Renascimento os pintores encontraram formas incomuns de assinar, tais como monogramas ou assinaturas em ilusão de ótica, bem como o *cartel* ou *cartellino* que tanto pode ser inscrito em pequena placa que comporta um texto explicativo com a data e a sua assinatura pintada, . . .



Figura n° 26: Cartel sur un tableau d'Alfred Sisley

(fonte: Wikipedia, 2010)

. . . como ser uma chapinha que leva, principalmente nos museus, o título da obra, o seu autor e outras informações relevantes (data, proprietário, doador, número de inventário, etc.) destinados a reconhecer a obra, . . .

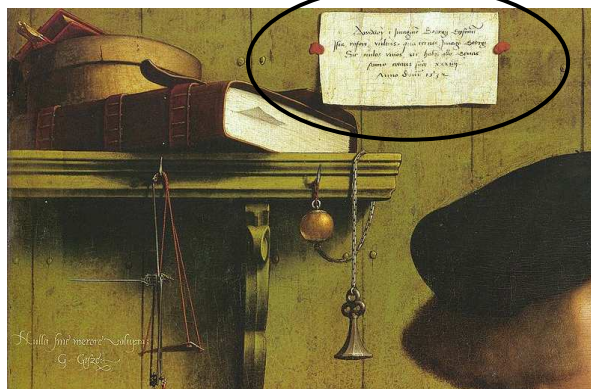


Figura n °27: *Cartellino* dans un tableau de Hans Holbein le Jeune (fonte: Idem)

. . . como ganhar lugar na própria tela, inscrito a próprio punho pelo artista.



Figura nº 28: Assinatura em tela, de Marcel Duchamps

(fonte: BABO, 2006, p.4)

Baudrillard, *apud* Babo (2006), afirmou que a proposta pictórica da época moderna estabelece, com a assinatura, o regime da autenticidade da obra como substituto do regime da representação enquanto visão do mundo, desenvolvendo as práticas autográficas como inscrição do “momento gestual”. No seu entendimento, a obra de arte deixa de ser “literalidade do mundo” para passar a ser “literalidade gestual” (*idem*). Tendo em vista haver a assinatura assumindo o caráter de atribuir autenticidade das obras de arte e insinuando que o valor de um quadro está na assinatura, Picabia chega a este raciocínio irrepreensível: o valor da obra depende do número de assinaturas nela compreendida. Então, avançando além da assertiva em que os respectivos nomes próprios funcionam como o próprio motivo pictórico, realiza em 1921, com um grupo de amigos, a famosa tela intitulada: *L'oeil cacodylate*, abrangendo rubricas de Poulenc, Jean Hugo, Pansaers ou Soupault, entre outros.



Figura nº 29: L'oeil cacodylate de Picabia

(fonte: BABO, 2006, p.5)

O dadaísmo consagra, dessa forma, provocação humorística e singular. A assinatura ganha uma dimensão icônica que lhe permite desalojar a própria representação do espaço – à margem ou em cartel – que lhe estava destinado até então

2.4.2 Perícia em obras de arte

Os trabalhos periciais em obras de arte da atualidade têm o intuito de mostrar como modernos exames podem, hoje e dia, ser executados e se tornam cada vez mais necessários na busca, esclarecimento, e comprovação da autenticidade de obras de arte. Para os objetivos deste trabalho, abordaremos tão somente a perícia em dois tipos de imagem: pintura e estampas.

Os meios modernos de exames aplicados nesses tipos de imagens, apenas para citar alguns, sem contudo esclarecê-los, por não haver pertinência à nossa demonstração, utilizam as seguintes técnicas: exames sob fluorescência, radiação ultravioleta e infravermelho; radiografia estratigrafia das camadas cromáticas e análise de pigmentos; exame do suporte; dendrocronologia; e exame da camada cromática da estampa.

Os primeiros exames, chamados de superfície e realizados a olho nu em uma pintura buscam o estado de sua estrutura pictórica, seus efeitos e qualidades, e o estado do suporte onde está a imagem. Em seguida – e nos deteremos nestes – fotografias especiais macro e à luz rasante usando um espectrógrafo (ver citação à pág. 42) evidenciam detalhes sobre a assinatura visando observar: caligrafia artística, movimentos de pincéis, tipo de espessura, modo de aplicação da tinta, etc.

Nota-se que o exame caligráfico da assinatura em pinturas e estampas, utiliza alguns dos métodos que também são verificados na grafoscopia tradicional e na digital. Destaco a verificação do movimento – dinâmica – do instrumento escritor, – no caso aqui o pincel – o tipo de espessura do traço – pressão/progressão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Austin e o performativo

O inglês John Langshaw Austin, professor da cadeira de Filosofia Moral da Universidade Oxford, na Inglaterra exerceu grande influência na década de 30, quando realizava seminários informais com seus colegas nos quais utilizavam o método de análise linguística na discussão de problemas filosóficos.

Na década de 50 apresentou as conferências Willian James na universidade americana de Harvard que deram origem à obra “*Quando dizer é fazer – Palavras e Ação*” que trata da teoria dos atos de fala, projeto filosófico antes proposto por Austin. Essa teoria insere-se na tradição britânica da *filosofia analítica* de G.E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein no princípio do século passado, em oposição ao *idealismo absoluto* de F.H. Bradley e T.H.Green e o *empirismo* de J.S.Mill, Bradley e Green.

A teoria do idealismo absoluto defendia “*não só a identificação da realidade com a totalidade, mas também a necessidade de a consciência reconhecer-se como parte do absoluto*” (AUSTIN, 1990, p.7), enquanto o empirismo “*reduzia a realidade à experiência psicológica do sujeito empírico*” (idem.). Em oposição a essas, a filosofia analítica parte de uma outra premissa:

... vai partir de uma concepção realista, mantendo que a principal tarefa da filosofia é realizar um processo de clarificação ou elucidação dos elementos centrais de nossa experiência. Esta elucidação se dá, não através de um método especulativo ou introspectivo, mas mediante a análise da forma lógica das sentenças. (AUSTIN, 1990, p.7/8)

A investigação filosófica passa então a ser centrada na significação da sentença, dando lugar, ao invés da problemática da consciência à problemática da linguagem, subdividindo-se em duas atividades, análise da sentença buscando a forma lógica dos elementos que a constituem, por um lado e a reinvestigação dos problemas filosóficos tradicionais como teorias do conhecimento, percepção, ética, etc. A mim interessa particularmente esta última vertente, desenvolvida pela corrente eventualmente conhecida como “*filosofia da linguagem ordinária, filosofia linguística ou, ainda, escola de Oxford*” (idem, p. 8) que tem em Austin, um de seus principais representantes, não por ser o objeto de meu estudo, meu objetivo é outro, mas, porque centraliza seus questionamentos em alguns problemas centrais na tradição filosófica, dentre outros, na responsabilidade e ação, mais particularmente nas questões de responsabilidade decorrentes de uma ação, este sim o verdadeiro objeto de meu estudo, a responsabilidade decorrente de um ato de assinatura. Interessa-me ainda porque o método de Austin buscava a produção de significado

na comunicação não numa teoria da significação, mas em uma teoria de ação, e neste particular foi duramente criticado por Jacques Derrida mais precisamente no texto *Assinatura, Acontecimento, Contexto*. apresentado no Congrès International des Sociétés de Philosophie de Langue Française (Montréal, agosto, 1971). Na concepção austiniana:

...quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus “significados” ou seja lá o que isto for) mas sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras – usamos uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção (...) dos fenômenos. (AUSTIN, *Philosophical Papers*, p. 182, apud AUSTIN, 1990, p. 10)

Segundo ele, *“a linguagem deve ser tratada essencialmente como forma de ação e não de representação da realidade”* (AUSTIN, 1990, p.11) o que determina o significado são as condições de uso da sentença e não só seus elementos constituintes.

Neste sentido Austin apresenta sua teoria dos Atos de Fala em XII conferências, nas quais classifica os proferimentos em constatativos e performativos, onde constatativos são os proferimentos usados para descrever, relatar ou constatar coisas e que são testados pelo critério verdadeiro/falso. Por outro lado, há aqueles que nada descrevem, nem relatam nem constata, mas que são usados, no todo ou em parte, para fazer coisas com palavras, os performativos, que são confrontados por outro critério, o de felicidade/infelicidade. Para que um proferimento seja assim classificado, estabelece ele alguns critérios, dentre eles o proferimento de determinadas palavras, num determinado contexto e procedimento de execução.

Na quinta conferência, e chego a esta, em detrimento de resenhar as outras, porque particularmente é essa que interessa aos meus objetivos, Austin tenta buscar critérios possíveis de identificar performativos. Embora mostre-se muitas vezes indeciso entre um critério e outro, dentre os que enumera. . .

... não devemos esquecer que estamos procurando um critério para distinguir as declarações dos performativos. (Tenho que explicar, a esta altura, mais uma vez, que estamos tateando. Sentir o terreno firme do preconceito escorregar sob nossos pés é gratificante, mas traz seus reveses). (AUSTIN, 1990, p. 62) (O destaque é do autor)

– nesse particular, depois é duramente castigado por Derrida – chega a um que lhe parece mais apropriado: Uma vez ser quem profere a expressão performativa aquele que está efetuando algo, há uma clara preferência, a que ele considere o critério do uso da primeira pessoa do presente do indicativo, pelo presente gramatical e pela voz ativa do verbo. Ou então:

Quando, na forma verbal da expressão *não há* uma referência à pessoa que a profere e assim realiza o ato, isto é, quando não há uma referência a ela por meio do pronome “eu” (ou pelo seu nome próprio), então “far-se-á referência” à dita pessoa por meio de uma dessas fórmulas:

- a) Nas expressões orais, *pelo fato de ser ela a pessoa que profere a expressão*, o que podemos *chamar de origem* do proferimento, que é usado geralmente em qualquer sistema de coordenadas-de-referência verbais.
- b) Nos proferimentos escritos (ou “inscrições”), *pelo fato de ser a dita pessoa que coloca a sua assinatura* (naturalmente que tem que fazer isso, já que as expressões escritas não estão ligadas à sua origem da mesma forma que estão nas orais).

O “eu” que está realizando a ação entra, assim, essencialmente na cena. (Idem, 1990, p. 62) (Os destaques e grifos são do autor.)

Por julgar difícil a distinção entre performativos e constatativos – aqueles felizes ou infelizes, estes verdadeiros ou falsos – preferiu Austin, primeiro o critério gramatical, com o verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, pelo menos nos casos em que ao fazer o proferimento há também a realização de um ato, por exemplo, um casamento, um batizado, um lançamento de um navio, uma aposta, a obtenção de compromisso financeiro, etc.. Casos em que o “eu”, a “voz ativa” e o presente parecem apropriados e caracterizam performativos primários. Porém acrescenta que talvez nem todos os verbos sejam apropriados para tanto, então sugere ele, que se efetue uma lista dos verbos com essa peculiaridade, ou seja “eu *prometo* que...”, “eu *aceito* a...como meu cônjuge” eu *batizo*...”, ou então que se suponha que aqueles que não se apresentem dessa forma privilegiada sejam reduzidos a essa forma e convertidos ao que chamou performativos explícitos, ou seja “Peço desculpas, por Eu peço desculpas” “Critico, por Eu Critico”, etc.

Então, ao buscar uma lista de verbos que caracterizasse performativos explícitos, pareceu-lhe que nem sempre seria difícil distinguir proferimentos

performativos dos constatativos ao constatar que dizer algo é, em sentido completo fazer algo, e esse ato de dizer algo” seria a realização de um ato de locução e ao estudo desses atos chama estudo das locuções dentre as quais distinguiu:

...o ato locucionário (e dentro dele o fonético o fático e o rético) que tem um significado; o ato ilocucionário que tem uma certa *força* ao dizer algo; e o ato perlocucionário que consiste em se obter certos *efeitos* ao dizer algo. (Idem, p. 103)

Assim, chega à conclusão que o que ele tem, em mente, naquele momento, é que a distinção a ser feita entre o proferimento performativo e o proferimento constatativo consiste em, nos constatativos, nos abstrairmos dos aspectos ilocucionários e perlocucionários, do ato de fala e nos concentramos no locucionário e nos proferimentos performativos nos concentramos ao máximo na atenção à força ilocucionária. Porém se mostra novamente embaraçado e afirma que talvez nem uma dessas abstrações sirva, uma vez ser difícil distinguir um de outro, pois, diz ele, “*todo o ato lingüístico genuíno é ambas as coisas de uma só vez*”, (Id. p. 120) e por isso sugere então uma lista de “*verbos ilocucionários*”.

Após essa sugestão, antes de sugerir uma classificação para esses verbos ilocucionários, mostra-se mais uma vez perdido: “*Bem então comecemos. Só levei os leitores para uma voltinha, ou melhor, para alguns tropeções*”(id. p. 123) e retorna ao ponto anterior, sugerindo o uso, com cautela, do simples teste da primeira pessoa do singular no presente do indicativo da voz ativa e recorrendo à lista então sugerida quando necessário. Chega, por fim a uma lista onde classifica os verbos ilocucionários em 5 categorias:

1. Veredictivos – caracterizam-se por dar um veredicto;
2. Exercitivos – Consistem no exercício de poder;
3. Compromissivos – comprometem a pessoa a fazer algo;
4. Comportamentais – têm a ver com atitudes e comportamento social;
5. Expositivos – esclarecem como os proferimentos se encaixam numa argumentação.

Por conveniência, atendo-me a listar somente os comissivos, por serem estes os verbos apropriados a quem faz o uso de performativos escritos, e que,

conforme já visto à página 64 desta dissertação, “*Nos proferimentos escritos (ou “inscrições”), pelo fato de ser a dita pessoa que coloca a sua assinatura*”(id. p. 62) são, por este motivo, mais adequados ao que defendo.

O importante de um comissivo é comprometer quem o usa a uma determinada linha de ação. Por exemplo:

prometo	compactuo	contrato
me comprometo a	me obrigo a	dou a minha palavra
estou decidido a	tenho a intenção de	declaro minha intenção
pretendo	planejo	tenho o propósito de
me proponho a	farei X	juro
garanto	asseguro que	aposto
prometo solenemente	concordo	consinto
me consagro a	me pronuncio por	tomo partido
adoto	defendo	abraço (uma causa)
adiro	me oponho	sou a favor de

(Idem, p. 103)

3.2 Derrida e a assinatura

A comunicação é um dos conceitos discutidos, no livro *Margens da Filosofia*, por Jacques Derrida, Nele e nos textos posteriores em que dialoga com as respostas de John R. Searle em *Limited Inc.*, Derrida elabora uma reflexão sobre a *comunicação*, uma análise das questões da *escritura* e da *comunicação* no pensamento austiniano, através da problemática do performativo. Destaco que Derrida não discute diretamente a produção de significado na comunicação, como defende Austin, entretanto, considero fundamental apresentar sua argumentação para possibilitar um *contato* com o pensamento austiniano.

Analisando a performatividade, enquanto comunicação humana, (DERRIDA 1991, p. 362-3) destaca, em quatro “pontos críticos”, a proposta austiniana. No primeiro deles, assinala que Austin considera “*atos de discurso* apenas como *atos de comunicação*”; e, assim, tanto a enunciação constativa quanto a performativa são atos de discursos produzidos na situação total em que se encontram os interlocutores, e por isso destinados a *comunicar*. Em seguida, no segundo ponto, Derrida assinala que o que está em jogo é tanto a *ilocução* quanto a *perlocução*, que, em Austin, são operações que produzem um efeito, e não transmissão de sentido. Por isso, comunicar por intermédio de um enunciado performativo é comunicar uma força por impulsão de uma marca. Derrida, no terceiro ponto, afirma: “*o performativo não tem o seu referente (...) fora de si ou, em todo*

caso, antes de si em face a si". No quarto e último ponto, Derrida comenta que Austin retirou da análise do performativo a autoridade do valor de verdade, a oposição verdade/falsidade; e substituiu-lhe, por vezes, o valor de ilocução (ou força), e de perlocução (diferença de força).

é pelo menos o que queria tentar indicar agora todas as dificuldades encontradas por Austin na sua análise paciente, aberta, aporética, em constante transformação, freqüentemente mais fecunda no reconhecimento dos seus impasses do que nas suas posições, parecem-me possuir uma raiz comum. Esta: Austin não tomou em conta o que, na estrutura da locução (portanto antes de qualquer determinação ilocutória ou perlocutória), comporta já este sistema de predicados que chamo grafemáticos em geral perturbando com isso todas as oposições anteriores de que Austin em vão procurou fixar a pertinência, a pureza, o rigor (1991, p.363-4).

Afirmando isso, Derrida aponta o ponto de maior tensão no raciocínio de Austin e indica pontos conflitantes em suas reflexões, uma vez que os "*atos de fala*" requerem permanentemente um valor de contexto, um contexto tal que determina a "*presença consciente da intenção do sujeito falante*" perante a totalidade do seu ato ilocucionário; deste modo, segundo Derrida (p.364), deve-se "*considerar permanentemente um contexto, e mesmo de contexto exaustivamente determinável.*" o performativo necessita sempre de um *contexto total*. Continuando, Derrida diz então que a comunicação performativa "*torna-se comunicação de um sentido intencional*" e que deve, portanto, ser iterável, repetível. Seguindo seu raciocínio, o contexto deve ser um todo, controlável e finito; porém, se nada houver de essencial no ato de fala, nem a marca lingüística, nem mesmo a intenção do sujeito falante, como então identificá-lo? Como assegurar a comunicação? Austin, segundo Derrida, vai então à fonte da enunciação e faz a seguinte diferenciação: na oralidade, o enunciado está na primeira pessoa do presente do indicativo, na voz ativa; e na escrita, o autor (enunciador) põe sua *assinatura* (equivalente a "pelo presente" dos protocolos oficiais). Sobre a assinatura Derrida faz o seguinte comentário: "*Para funcionar, quer dizer, para ser legível, uma assinatura deve ter uma forma repetível, iterável, imitável, deve poder separar-se da intenção presente e singular da sua produção*" (p.371). O reconhecimento ou as dificuldades de reconhecimento de uma mesma assinatura por diferentes indivíduos não seria uma das maneiras de manifestação do *entendimento*?

Nesse ponto, Derrida tenta analisar uma assinatura e sua relação com o que está presente, que é a fonte de enunciação, o mesmo valendo para o autor da enunciação oral. Afirma ainda que uma assinatura deixa uma marca, um traço de uma presença cuja marca retém o ter estado presente que permanecerá no futuro. Uma singularidade de um ato que, no momento da enunciação se fez presente e que se singularizou na forma de assinatura, esta a assinatura, a marca continua, porém, o ato, o momento, este não se repetirá jamais; e, com essa retórica, faz analogia com a comunicação que se dá, por exemplo, num ato de fala, a apreensão, a compreensão, o entendimento, a transmissão de sentido, a comunicação de consciências que acontece na singularidade do momento. Um ato puro que não se reproduzirá jamais, naquele contexto, o momento de apreensão de sentido em um ato de comunicação. A assinatura, a marca, o traço permanece para fazer efeito no futuro, em outros contextos, porém aquele momento em que foi firmada a assinatura, a singularidade do ato, esse não se repete. Igualmente ao que acontece com a comunicação escrita

A situação do escritor e do subscritor é, quanto à escrita, fundamentalmente a mesma que a do leitor. Esta deriva essencial referente à escrita como estrutura iterativa, isenta de qualquer responsabilidade absoluta, da *consciência* como autoridade em última instância, órfã separada a partir do nascimento da assistência do seu pai (Derrida, 1991, p.357)

O traço ou “*grammé*” de Derrida é diferente da concepção de traço ou grama postulada pela grafoscopia que postula que o “grama”, o traço instituído ideado na arque-escrita é o registro resultante de um gesto gráfico realizado sem mudança brusca de sentido, já para Derrida, o “*grammé*” não é um registro presente aqui e agora, é diferença, diferença espacial e temporal, é adiamento. O grama que suporta a arque-escrita, sempre precede a comunicação. As marcas deixadas em uma escritura já terão sido antes escritas em nossos cérebros, em nossa memória. A escrita, (ou arque escrita) mental é pré-condição para o pensar ou significar. Tanto a fala como a escrita gráfica são ambas manifestações secundárias dessa arque-escrita, efeitos de uma escrita mental anterior, que não pode ser acessada nem controlada pelo sujeito. Segundo Derrida o traço instituído pode parecer não

motivado ou arbitrário como postulava Saussure. Não existe nem símbolo nem signo, mas um tornar-se signo do símbolo. Só podemos pensar em signos por meio de signos. E postulo estar aqui, nessa afirmação, fundamentalmente o que se pretende com essa dissertação: a questão antes apresentada na introdução do presente trabalho, mais precisamente de que a imputação de “responsabilidade” é reconhecida naquilo que o sujeito faz *irresponsavelmente*. Grifo o *irresponsavelmente*, para contrapô-lo à responsabilidade, e explico o motivo: é que, paradoxalmente, as análises que confirmam ou não um ato de responsabilidade são obtidas, como se pretende demonstrar neste trabalho, a partir de marcas deixadas inconscientemente pelo autor.

Essa arque-escrita de Derrida, baseada na noção de grama ou traço dinâmico, significa que todas as inscrições, todas as manifestações semióticas do sujeito, gestos, escultura, música, escrita gráfica, fala, estão sendo continuamente marcadas em nosso cérebro, constituindo a escrita do pensamento, representando uma estrutura em permanente movimento. Essa estrutura em movimento explica uma outra teoria de Derrida, a da *différance*, apresentada em *Escrita e a Diferença* (DERRIDA, 2002): - a *différence* (diferença entre), ou espaçamento, temporalização, alteridade dos signos – e a simultânea *differance* (termo cunhado por ele) que equivale a adiamento, retardamento, uma demora, um prazo, uma temporalização do signo em relação a outros, um desvio que suspende a significação presente, deslocada em novos contextos (ausência ou indeterminação dos sujeitos emissores/destinatários, escrita, assinatura).

Nas enunciações escritas o autor põe sua assinatura, a qual é necessária, uma vez que o autor não se manifesta como fonte de enunciação como nas enunciações verbais. Por esse motivo é essa a forma preferida para formalização de compromissos entre as partes.

Para o filósofo argelino não há legitimidade pura num ato de assinatura – figura extrema da assunção de responsabilidade. “Haveria uma assinatura que não pudesse ser repetida e, no limite, por sua reprodutibilidade necessária, falsificada?”, pergunta-se Derrida. O que é, portanto, a legitimidade se a possibilidade do ilegítimo continua a constituir a sua estrutura? Porém ele afirma “*Por definição, uma assinatura escrita implica a não presença atual ou empírica do signatário, mas, dir-*

se-á, marca e também retém o seu ter estado presente num agora passado, que permanecerá num agora futuro”(DERRIDA, 1991, p.371) e que, para que se estabeleça uma ligação à fonte, há necessidade de retenção da singularidade do ato, questionando, *“Existirá tal coisa? A singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura nunca se produzirá? Existirão assinaturas?”* (idem, 1991, p.371). E em seguida responde que sim, certamente os há, os efeitos de assinatura tratam-se de eventos triviais, que, no entanto, para funcionar, para ser legível devam possuir uma forma iterável, repetível, poder separarem-se da intenção presente e singular de seu ato.

O ato de assinatura de um documento seja ele uma procuração, escritura, cheque ou testamento, é um performativo, mas o que resulta não é, o ato em si; este envolve a ideação, a gênese que acontece antes da execução. O que permanece é uma deriva desta, pois num primeiro momento em que a palavra é evocada ela atua como significante, do significado, como significante principal, imediatamente próximo da origem. Num segundo momento o significante principal, essa palavra evocada, pode ser fixado numa forma escrita, essa escritura então funciona como um significante menor, como uma deriva da palavra evocada.

Não se quer aqui afirmar que não há como se comprovar ou não a veracidade de uma assinatura. É, porém, a singularidade desse ato, como performativo, que não pode ter comprovada sua autenticidade com questionamentos tipo verdadeiro/falso, como os proferimentos constatativos. Um performativo só o é se puder ser citado. Austin questiona a citação de um ato performativo designando ser ela um uso “impuro”, já Derrida afirma que um proferimento performativo é sempre um acontecimento e isso só acontece porque “cita” algo de uma cadeia, um modelo “iterável”, já antes citado em outros atos performativos..

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A assinatura – Um ato de responsabilidade?

Reinvestigando os problemas filosóficos tradicionais, dentre eles as teorias do conhecimento, percepção, ética; particularmente nesta última destaco uma questão, mais precisamente, a questão da responsabilidade decorrente de uma

ação, essa, objeto de meu estudo, a responsabilidade decorrente de um ato de assinatura.

Mas, será essa marca pessoal que materializa o “eu”, o nome próprio, deixada em um performativo proferido em um determinado contexto, cuja singularidade é impossível de ser registrada, pois se extingue no exato momento de seu acontecer, ou de sua evemenciabilidade, no dizer de Derrida, um ato responsável, passível de ser assim considerado separado de seu contexto, para além da presença de seu autor, ou daqueles que de uma forma ou de outra foram co-participantes daquele contexto?

Na breve revisão que fizemos da obra de Derrida, – a qual contém críticas aos escritos de Austin em suas famosas conferências apresentadas na Universidade de Harvard, em 1955 – ele analisa o conceito de escrita sob o olhar da filosofia da diferença, para, por fim, desconstruir o conceito de assinatura. Esses dois conceitos, escrita e assinatura, são ligados intimamente à noção de ausência.

Para ele,

O signo nasce ao mesmo tempo em que a imaginação e a memória... (a memória, como vimos, consiste apenas em evocar os signos das nossas idéias, ou as circunstâncias que as acompanharam; e este poder só tem lugar através da analogia dos signos) (DERRIDA, 1991, p.354)

E mantém, nisso, acordo com os princípios da grafoscopia que assinalamos acima, no capítulo 2.1.4.2.1. – que trata das fases de produção do grafismo – Produto da psique, a evocação do signo é depositada em nosso cérebro, cujo traço ou vestígio é definido como extensão protésica da memória. É como se uma dimensão do corpo e da experiência atuasse ao mesmo tempo. Seu sistema de armazenamento é similar ao da memória humana de curto prazo. Nasce justamente para funcionar na ausência do objeto na percepção presente. É o que ele chama, em outras palavras, de "acontecimento", - a palavra que ele usa é *“Évènementialité’ que pode ser traduzido também por ‘acontecer’ (N.T.)”* (DERRIDA, 1991, p. 368) – a dimensão performativa do texto, o modo como um texto faz/diz a sua verdade, e que não pode ser dissociado de um funcionamento maquínico. Para Derrida, como condição ao funcionamento maquínico, existe um arqui-performativo de promessa: a

promessa de se dizer alguma coisa de si próprio, ou do que aconteceu, do que se sabe. O que ele chama "acontecimento" designa, ainda, os caracteres de preservação, legitimação e comunicação originadas pela repetibilidade, citacionabilidade, transferência e tradução de um texto que configuram a sua dimensão performativa.

A escrita, por sua vez, cujo vestígio escrito é literal, nasce para comunicar alguma coisa para ausentes.

Qualquer escrita deve, portanto, para ser o que é, poder funcionar na ausência radical de qualquer destinatário empiricamente determinado em geral. E essa ausência não é só uma modificação contínua da presença, é uma ruptura da presença. (DERRIDA, 1991,p.356)

Derrida define assim a “*morte*” do destinatário que faz nascer o conceito de marca no extermínio do destinatário, marca essa assegurada pela e na competente assinatura, aposta, como diz Austin, (1990, p. 62): “*Nos proferimentos escritos (ou “inscrições”)*, pelo fato de ser a dita pessoa que coloca a sua assinatura (naturalmente que tem que fazer isso, já que as expressões escritas não estão ligadas à sua origem da mesma forma que estão nas orais).” Uma marca que constitui uma maquinaria produtiva que a desapareição futura do autor não impedirá que funcione e que se dê a ler e a reescrever, ao contrário de Austin, em *Quando dizer é fazer – Palavras e ação* (1990), que vê a assinatura apenas como o registro de uma intenção num dado contexto – um contexto tal que determine a “*presença consciente da intenção do sujeito falante*”, aspecto este de difícil definição, que uma vez exaustivamente testado por Austin, sem contudo conseguir determiná-lo, foi, neste detalhe, duramente criticado por Derrida – que é capaz de determinar a presença de um destinatário determinado, para além da presença do autor. A ausência do autor determinaria conseqüentemente a ausência de suas intenções ao produzir a marca. Desta forma, a escrita, cuja autoria seja confirmada por uma competente aposição de assinatura, tem como condição fundamental agir durante a ausência de qualquer contexto que determine no texto qualquer vestígio da presença do autor. É aí que se torna claro o que Derrida diz quando fala de uma ausência absoluta na escrita, pois ela é capaz de funcionar sem nenhum vestígio de

presença, seja do autor, do destinatário ou do contexto. Para que este movimento se complete, Derrida introduz uma outra qualidade da escrita: a estrutura iterativa. Para que essa máquina funcione, tem que possuir uma sistematicidade simbólica – o sistema alfabético – um logicismo que traga como marca a relação diferencial com os outros elementos, a inscrição, o sulco ou rastro que inscreve – outra analogia aqui com os preceitos da grafoscopia agora com o item 2.1.4.1.2 Dinâmica, e os princípios que a caracterizam – mas que liga a repetição à alteridade: a iterabilidade ou a essa possibilidade de funcionamento cortado, de citabilidade e mesmo de enxerto citacional.

É através da iterabilidade, pois, que é possível separar um sintagma escrito de sua cadeia de significação. É esta característica estrutural de permitir ser cortada do referente ou do significado (ou seja, da comunicação e de seu contexto) que faz um corte entre a marca e sua origem, pois engendra novos contextos ao infinito, de modo não saturável. A iterabilidade e a citabilidade compõem o duplo da escrita.

Um duplo ao infinito. Pois a iteração, em sua acepção mais pura, é dupla, traz sua própria identidade, mas traz também a sua diferencialidade com os outros elementos, interior a eles e os distingue ao mesmo tempo em que os constitui. O que Derrida denomina como iterabilidade neste contexto é a possibilidade de repetição de toda marca, quando a repetição de uma singularidade é a condição de existência da marca e cuja repetição não a reedita, uma vez que o ato da sua inscrição, a intenção de inscrevê-la, a sua ideação, que ocorre antes no pensamento, se separa dela no momento do acontecimento – este seria, sem dúvida, *“a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura”* (DERRIDA, 1991, p.371) – mas descreve sua origem ao mesmo tempo em que assinala os vestígios de seu desaparecimento: um rastro de presença – os vestígios que são deixados inconscientemente no traço – que substitui a presença e traça um caminho, onde os elementos diversos são sempre capazes de criar novas presenças, numa “reduplicação infinita”. Essa repetição é então a própria escritura porque nela aparentemente desaparece a identidade da origem e a presença da palavra. A palavra que busquei no subconsciente antes de falar não me pertence. Antes de ser buscada já estava lá, e estava lá porque a ouvi de outro.

Ao falar, a presença é subtraída da palavra; esta, a palavra, já não me pertence, uma vez que foi dada ao vento, me foi furtada, ali, no momento da iteração, assim como a furtei de outro, pois foi originariamente repetida, não me pertencia. Porém, uma vez escrita a palavra, a sua representação lança a marca em um abismo infinito, em direção ao outro.

Derrida reconduz o problema da atribuição do sentido na leitura que, enquanto invenção do outro, abre o texto a lógicas que subvertem o seu contínuo espelhar-se, distancia-se de sua origem através da manifestação do diverso. A palavra antes escrita e agora lida lê um texto mais velho que o próprio corpo que a pronunciou, um texto já escrito por outra mão e que agora é roubado. O furto é desapropriação, é um enigma originário, pois disfarça a origem da palavra e constitui-se na ausência de um sujeito. A palavra rouba o que antes foi inscrito no cérebro por leituras anteriores, enquanto que o ato de escritura origina-se no furto da leitura. Esta palavra furtada na leitura constitui o roubo originário.

4.2 A Assinatura como marca

Se a marca é originalmente roubada, qual a função da assinatura? Para Derrida, em sua polêmica com Searle, a assinatura é improvável, fazendo referência ao fato de Searle assinar a *“Reply to Derrida”* – em resposta ao *“Limited Inc”* – para marcar a sua autoria e a verdade de suas palavras. Assim, qualquer assinatura ou qualquer *“selo”* ou *“copyright”* é apenas um subterfúgio que, exterior ao texto, tenta marcar a presença do autor em seu interior, uma vez que não foi marcada de outra forma, talvez com palavras, que explorando parônimos e homônimos ligassem a autoria a seu autor. Por exemplo, o texto de Searle, deveria conter a palavra Seal, (selo, carimbo, sinete). ironizando o fato de Searle o haver assinado, ou que o nome próprio de Ponge aparece disseminado em sua obra *“Signéponge=Signsponge”* Para ele a assinatura tenta prevenir o roubo, tenta evitar sua captura: qualquer um poderia, teria podido antecipadamente reproduzir o que aquele que assina diz ser autor. E questiona: quem garante que o texto assinado por Searle é de sua autoria? O selo do copyright – “©” – é marginal, algo que está fora do texto, além da originalidade: foi ali posto e pretende garantir o direito de autoria do que está dentro

do texto, duplo. A assinatura não, esta confunde-se com a escrita, assim como o nome próprio confunde-se com o sujeito. Duas questões que a semiótica remeterá para a ordem do simbólico e do indicial, respectivamente. Pelo aspecto do simbólico, a evolução histórica da assinatura demonstra, a cada dia que passa, maior ligação do gesto ao nome próprio, e do nome próprio ao “eu” – primeira pessoa do singular no presente do indicativo da voz ativa do critério de Austin – abandonando, gradativamente o uso de selo ou do *colofão*.

CÓLOFÃO ou **COLOFÃO** dístico final, em manuscritos medievais, relativo ao autor, lugar e data da obra. Idêntica indicação usada pelos primitivos tipógrafos. gr. Kolophon (sumidade, toque final).. (FONTE: Aulete – dicionário digital, consultado na web em Jan/2010)

INCUNÁBULO - Diz-se de livro impresso nos primórdios da invenção da imprensa, de meados do séc. XV até 1500, ou impresso produzido nos primórdios de qualquer processo de gravar ou imprimir; esse livro ou impresso: (Vivia consultando seus incunábulo); Começo, origem, berço. [F.: Do lat. incunabulum.] (FONTE: idem)

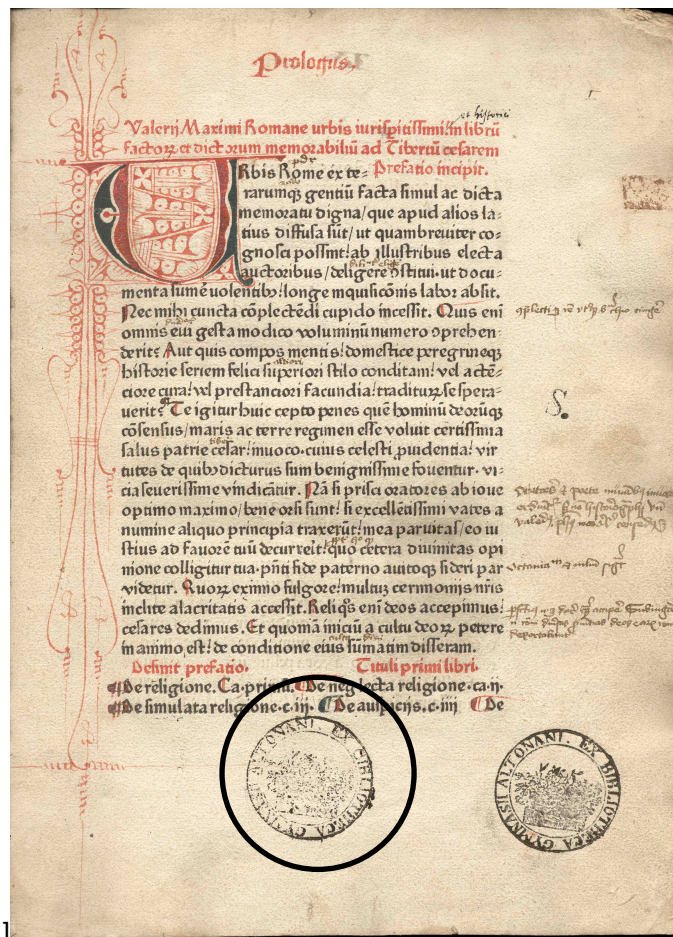


Figura n° 30: “Selo” ou “Colofão”

(FONTE: Wikipedia, 2010)

No entanto, pela duplicidade que carrega, para funcionar, pela necessidade de que seja iterável, repetível, imitável, o que a determinaria como marca, a assinatura se multiplica e conseqüentemente perde sua função e se equipara àqueles – “selo”, “sinete”, ou “cartellino” – que veio substituir. É exatamente aí que Derrida encontra uma contradição no conceito de assinatura, pois, a assinatura, ao destacar-se da intenção presente e singular de sua produção, isto é, do “acontecer”, do seu contexto, – da ideação, daquilo que aquele que assina faz inconscientemente – é que deixa de ser iterável, enquanto escrita, porém ganha iterabilidade como marca – pelas marcas que deixa inconscientemente e que são a sua “garantia” de autenticidade – como se fosse um “selo”, confundindo-se com ele. Na assinatura, principalmente nos punhos mais desenvolvidos, a originalidade da letra prevalece sobre a sua legibilidade, o que opacifica o nome a favor da iconicidade do traço. Esta iconicidade é que se torna o próprio penhor da sua autenticidade: uma assinatura, para ser reconhecida, deverá respeitar o princípio da semelhança, senão mesmo o seu limite, o da repetição. E o que se verifica ao se periciar uma assinatura não é a sua correspondência com as letras do alfabeto empregadas, com as palavras que formam o nome próprio do autor, mas sim, com as marcas ali deixadas inconscientemente, as características classificadas nos aspectos geral – *gênese e dinâmica*, por exemplo, os pequenos pontos, chamados de satélites, fruto de giros involuntários que o escritor faz no instrumento escritor; ou o contraste claro escuro na escrita gerado por momentos de maior pressão ou maior progressão imposta ao traço; ou, ainda, o número de paradas (momentos morfogenéticos) – ou particular – *ataques e fugas*, por exemplo: formas de ataque (início do traço) ou fuga (final do traço), ou seja aquilo que o autor, sem ter consciência do que faz registra. Paradoxalmente, é num ato inconsciente, dir-se-ia, irresponsável, que o discurso da grafoscopia busca para garantir a responsabilidade

Porém, este aspecto indicial – tal qual a mancha icônica deixada por uma face na brancura de uma superfície de tecido - *vero-ícone* - ou a impressão da película fotográfica, ou ainda os “*pixels*” captados pelas câmeras digitais – da assinatura é, do ponto de vista semiótico, um poderoso condensador de signos ou de funções sígnicas: “*evemenencial*”, índice, por essas marcas do gesto ali deixadas inconscientemente, ela não é nada mais nada menos que a apresentação e

representação desse mesmo gesto, seu ícone, individuado e gramatizado como dispositivo simbólico do “eu”, do nome próprio. E, para instituir-se como autógrafo, ela deve ser: manual, gestual e instantânea, – instantânea como, por exemplo, a instantaneidade captada num “*tablet*”, como vimos no capítulo 2.2, figura nº 26 – deve ainda coincidir com o nome próprio e, por último, ser singular, no momento da *ideação ou gênese*, isto é, deve representar a representação, respeitar a semelhança com a arque-escrita antes pensada – esta sim a marca de um gesto primeiro – a sua matriz autográfica.

É esta obrigatoriedade de semelhança com uma matriz, designada por iterabilidade, a essência que encontramos na definição derridiana de assinatura, e que acarreta, paradoxalmente, o próprio germe da sua vocação à falsificação, a impossibilidade de reter a singularidade absoluta do ato com a repetibilidade e reprodutibilidade do mesmo. “a reprodutibilidade pura de um acontecimento puro” no dizer de Derrida (1972). uma espécie de mecanização do gesto, o princípio da reprodutibilidade. Porém, ao contrário do verdadeiro ícone, a natureza indicial, as marcas que o punho deixa sem nem se aperceber na assinatura, que são a garantia da sua autenticidade e do seu ser evenemencial, são absorvidas, digamos, pela forma visível, em detrimento também da sua legibilidade, isto é, da sua carga de sistematicidade simbólica. Significa dizer que a assinatura deverá, para ser identificada, responder, por semelhança, à sua matriz, ser o seu duplo e, portanto, a sua própria falsificação. É a sua mesmidade como marca e já sem a presença do sujeito que, portanto, a constitui, criando, mesmo que virtualmente, como possibilidade, a sua falsificação. Não é a identificação que permite a reprodução, mas sim a reprodução que permite a identificação. Segue-se que a identificação é a reprodutibilidade da identidade. Nesta perspectiva, diríamos então que a sua natureza icônica, penhor de mesmidade, entra em contradição com a sua natureza indicial, garantia da evenemencialidade, e ambas, excedem a sua natureza simbólica de nome próprio.

5 Considerações finais

Portanto, encaminhando uma conclusão a reter de uma teoria de confirmação de uma assinatura como ato performativo, diríamos que a assinatura é a prática autográfica por excelência: implicação do corpo próprio no gesto que traça e como tal o marca, simbolizado ali, o critério da primeira pessoa, o “eu”, do performativo primário de Austin, e até faturalmente, como no uso de tinta com moléculas encapsuladas do DNA da pessoa que vai utilizá-la. Nesse caso pode-se dizer que a falsificação está com os dias contados? Eu diria em termos, pois pode o falsário, assim como se apoderou da forma da assinatura, imitando-lhe o gesto, também apoderar-se da tinta com DNA. Ressaltamos, conforme esclarecido no capítulo 2.3, que não há como um falsário, a partir do DNA da pessoa, chegar à tinta, uma vez que quem a prepara usa, a cada elaboração, *“uma porção distinta como codificador genético, o que torna ainda mais difícil sua falsificação”* (SIMONETTA, 2002), mas, há, sim, como afirmamos acima, a possibilidade de apoderar-se, o falsário, da tinta que o usuário a ser falsificado adredemente mandou preparar para aplicar sobre aquilo que queria evitar fosse adulterado.

Já uma escrita a próprio punho; esta joga como extensão metonímica do corpo – a parte está pelo todo – executando, nesse movimento, a própria desenvoltura de um punho adestrado pelo corpo. É essa destreza que se condensa no gesto que será, no grama, no ato de o traçar e, por extensão, na assinatura, o acontecimento, que é o encontro súbito do corpo com o traço; do corpo que traça com o resíduo presente e já passado da sua própria inscrição. E é essa destreza que não pode ser imitada, pois o falsário, por mais hábil que seja, ao reproduzir uma assinatura, não consegue captar, *“a reprodutibilidade pura de um acontecimento puro”* (DERRIDA, 1991, p.371), pois cada corpo possui característica que lhe é singular, inata, a sua morfogênese. E é esse detalhe, cuja singularidade é impossível de ser captada, que a grafoscopia busca usar como prova de autoria de uma assinatura, autenticidade que se busca provar, já em contexto diverso daquele em que se deu o evento. Encontro do tato com o instrumento escritor e deste com o suporte, como se impressão digital fosse, característica que, se poderia dizer, se materializa por excelência na singularidade de uma assinatura digital. Não aquela

lançada em um suporte de papel e depois digitalizada, mas sim aquela captada numa lousa digital. (figura nº 26) Passagem dos sentidos ao sentido, ou suspensão do sentido nos sentidos? Eis a transformação imaterial que resiste e persiste como nó duro do ato de assinar. Uma assinatura toca o corpo quando o corpo é o próprio limite da escrita-assinatura cumprindo assim essa função limite do próprio e da escrita. É a presença do corpo no gesto e a sua ausência na marca que fica para assegurar a presença desse agora passado num agora futuro.

Nos quadros artísticos, nas obras de arte, a assinatura personifica no nome próprio, pois ela, a escrita desenhada, caligrafada como representação de letra, não deixa, por isso, de ser rasto de um gesto uma marca de autoria, como prática; e não deixa também de ser pintura: integrando-se à obra que atesta, é a presença do nome próprio, transformada em arte. Alia o gesto de desenhar ao gesto de designar o nome próprio e integra, ao mesmo tempo, o nome próprio enquanto signo, e o ato de escrita. Em sendo o nome próprio já marcado gramaticalmente pela sua grafia própria - a maiúscula - a assinatura em repetir esta marcação a faz a próprio punho. Assim, é uma assinatura a atualização, num determinado contexto, do nome próprio. Enquanto performativo, ela pertence ao acontecimento; enquanto escrita, ao passado, a coincidência evemenencial de uma imagem virtual, – como se fosse um *making-off* que não aparece na fita, mas esteve presente na sua produção – e a marca que dela se separa, ali, no seu nascimento: é essa a aporia da assinatura, exatamente conforme afirmou Derrida:

...uma assinatura escrita implica a não-presença atual ou empírica do signatário, mas, dir-se-á, marca também e retém o seu ter estado presente num agora passado, que permanecerá num agora futuro... (DERRIDA, 1991, p.371)

Poder-se-ia afirmar que a singularidade irrepitível do acontecimento, do ato de afirmação do próprio, enquanto acontecimento puro é invisível, impossível de ser captada como imagem fotográfica: dir-se-ia, a foto de um indivíduo, na qual capta-se a sua imagem, mas não o que lhe vai no pensamento naquele momento. Porém, essa ligação ao contexto, suscitada por Derrida, é que seria a contradição da assinatura, uma vez que, se ela é a atualização de um determinado contexto, a cada

novo contexto é sempre outra coisa (outra caneta, outra tinta, outro corpo que escreve). Com tantos outros do mesmo eu, como será possível a repetição singular do eu anterior? Somente jogando a tarefa a uma ciência da cognição, como a Teoria Grafoscópica, pois, filosoficamente, segundo Derrida, é difícil. Dessa forma, a assinatura, como limiar da escrita, tem o seu próprio limite nos gramas, que antes ideados na arque-escrita, espectral, agora ganham materialidade no ato.

...Para que a ligação à fonte se produza, é necessário, portanto que se retenha a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura e de uma forma de assinatura: a reprodutibilidade pura de um acontecimento puro.

Existirá tal coisa? A singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura se reproduzirá? Existirão assinaturas? (Idem, p.371)

Creio ter ficado evidente que, nem a grafoscopia tradicional, nem a digital e a perícia em obras de arte e menos ainda a marcação com partículas de DNA na tinta fundamentam sua técnica na demonstração da singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura, singularidade esta, como afirmamos antes, impossível de ser captada; e muito menos da forma “repetível” da marca que se separa desse momento singular, mas sim, fundamentam sua arte em indícios, sinais e marcas morfogenéticas, singulares a cada punho e que são, inconscientemente, deixadas nos traços de uma assinatura. Talvez, a certificação que mais se aproxime do obter a singularidade absoluta de um ato de assinatura, seja, repito, a sua digitalização obtida numa lousa eletrônica, num “*tablet*”, mas, mesmo assim, até que o software antes alimentado com outros espécimes, igualmente digitalizados, identifique e libere a autenticação, se passam milésimos de segundos, assim, o ato pertence ao passado e a marca que liberou ou não a autenticação num agora presente.

Para concluir bruscamente essa dissertação, retomo o texto de Derrida (p. 370), onde ele comenta a dificuldade de Austin em determinar a fonte de enunciação nos performativos orais e opõe às afirmações que nos enunciados verbais o “autor é a pessoa **que enuncia**” enquanto que nos escritos “**o autor põe a sua assinatura**”:

...nas enunciações escritas (ou “inscrições”) o autor põe a sua assinatura “a assinatura é evidentemente necessária, não estando as enunciações escritas ligadas à sua fonte como estão as enunciações verbais...” (Idem, p.371)

Fica evidente, pois, que um ato de assinatura é um performativo, de cujo, ato, como os demais performativos – por exemplo: um casamento, um batizado, uma aposta, um lançamento de um navio – é lavrada uma certidão, um certificado, uma ata, ou um contrato, cujo teor atesta o evento e/ou compromete o que enuncia e contém sua assinatura, bem como, – a atestar o acontecer do ato, o contexto em que ocorreu – a contra-assinatura das devidas testemunhas.

Não seria obra do acaso que também os acordos escritos e assinados, os contratos em geral, as confissões e os depoimentos, portanto, as enunciações escritas, vêm pelo autor assinadas, bem como, contra-assinadas por testemunhas como que a atestar, essas últimas, o acontecer – a “*singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura*” – incapaz de ser reproduzido, mostrando que o outro, implícito na contra-assinatura, seja, talvez mais importante que a duplicidade icônica ao mesmo tempo marca, enquanto nome próprio, e iterável, enquanto signo.

Da mesma forma o fez Derrida, ao findar sua comunicação – oral – na *Association des sociétés de philosophie de langue française*, ao assinar, teatralmente e performativamente o texto – escrito – que deveria ter remetido antes da exposição, diante dos presentes, testemunhas orais da história que foram a atestar a “*evemencialidade*” do ato, antes do ato de fala, o ato ilocucionário e depois do ato de assinatura.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. (1990) *Quando dizer é fazer – Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. *How to do things with words*. (1999) Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.

BABO, Maria Augusta (2006) *Práticas auto-gráficas*, disponível em <http://www.cecl.com.pt>, pesquisado em 26.10.2009

BANCO DO BRASIL S.A., *Grafoscopia*, publicação do Desed, 1975.

BASÍLIO, M. *A escrita*, disponível em: geocities.com/maciobasilio/Escrita.br, pesquisado em 25.02.2009

BURSZTYN, Victor Soares, *Biometria – Análise de Assinaturas*, disponível em: www.gta.ufrj.br, Pesquisado em 06.01.2009

CANEDO, José Alberto, disponível em: www.forumbiometria.com.br, pesquisado em 02.04.2010

CAUDURO, Flávio Vinicius, *Escrita e Diferença*, Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 5 • p. 64-73, nov. 1996 .

DERRIDA, J. *'Assinatura acontecimento contexto'*. In: *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991, pp. 349-373.

_____. *'A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas'*. In: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002, P. 227-249.

DEHAENE, S. *Les neurones de la lecture*. Paris: Odile Jacob, 2007, Texto traduzido para aplicação em aula, por SCLIAR-CABRAL, Leonor

HEINEN, Milton Roberto ; OSÓRIO, Fernando Santos . *Biometria Comportamental: Pesquisa e desenvolvimento de um sistema de autenticação de usuários utilizando assinaturas manuscritas*. INFOCOMP (UFLA. Impresso), Lavras, MG, Brasil, v. 3, n. 2, p. 31-37, 2004.

KREINZ, Glória, *Comunicação: O Mundo Movente de Jacques Derrida*, disponível em: <http://www.eca.usp.br>, Acesso em 16. jan. 2009.

MONTEIRO, André Luiz Pinheiro, *A Grafoscopia a Serviço da Perícia Judicial, - A Importância do Perito em Assinaturas no Combate às Fraudes*, Curitiba: Juruá Editora, 2007

NEWTON, Isaac, *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, Glasgow, James Maclehose, Publisher to the University London, Cambridge and New York. 1871

SANTOS, Cesar *Análise de Assinaturas Manuscritas Baseada nos Princípios da Grafoscopia*; Dissertação de Mestrado em Informática Aplicada publicada em 2004, Puc-PR, disponível em: <http://www.ppgia.pucpr.br>, acessada em 15/04/2008)